

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

A Marcha da Indignação

A manifestação agendada para o próximo sábado em Lisboa mais do que um grito de revolta dos professores, é o espelho do estado de alma de um povo. Um povo com direito a expressar a sua indignação, tal as malfeitorias de que tem sido alvo.

Naturalmente que sabemos que as reformas geram, amiúde, acrimónia e contestação dos interesses e *lobbies* instalados. Naturalmente que sabemos da prioridade da reforma na educação onde há muito tempo se gasta demasiado colhendo pouco. Naturalmente que sabemos que há forças de bloqueio que querem que tudo fique na mesma.

Mas a questão não é essa. A questão é de forma e de substância. De forma porque com altivez e arrogância não se convence ninguém. De substância porque o que se pretende é governamentalizar o sector, vincular o professor ao arbítrio de uma avaliação *à la carte*, retirar autonomia à gestão escolar.

Ora isto é um retrocesso civilizacional, uma afronta à dignidade dos professores, um atentado ao bom senso.

Em suma, mais uma oportunidade perdida.

Jorge Neto

A opinião do Presidente

Reformular o Serviço Público de Televisão



Destaques:

Luís Filipe Menezes defende financiamento privado dos Partidos

Em "Actividades do Presidente"

Na Convenção Autárquica da JSD, Ribau Esteves aponta "a difícil situação financeira das famílias portuguesas"

Em "Actividades do PSD"

Nuno Matias eleito presidente da CPS/PSD de Almada

Em "Notícias de Almada"

Reformular o Serviço Público de Televisão

Luís Filipe Menezes (*)

Defendi em nome do PSD, na entrevista que dei à SIC e num contexto de reformulação do conceito de serviço público de televisão, a suspensão da publicidade comercial no canal público.

Fi-lo com a convicção de que é uma medida correcta, apresentada num momento acertado, que visa regenerar a liberdade de expressão e o seu pluralismo e, acima de tudo, consolidar os vários grupos de comunicação social e a sua viabilidade económica. Fi-lo também com a certeza de que os custos subjacentes à proposta não irão onerar o já muito maltratado cidadão contribuinte.

I - Na defesa do pluralismo e da livre iniciativa

Ao contrário do que acontecia há seis anos, deixou de ser uma prioridade actuar drasticamente no saneamento financeiro da RTP. A prioridade passou a ser ajustar um modelo conceptual de verdadeiro serviço público a uma gestão não manipulável por influências político-partidárias e a uma realidade orçamental equilibrada.

Em simultâneo, torna-se necessário defender políticas que não aniquilem os grupos económicos que coexistam nesta área de negócio/serviço público e que necessitam da independência e do desafogo que os deixe a salvo de pressões do poder político e da sua enorme tentação em controlar a comunicação social.

Grupos de comunicação social economicamente frágeis são naturalmente mais submissos perante um Estado que controla directa ou indirectamente o acesso ao crédito, aos fundos da União Europeia, ou mesmo às benesses da máquina fiscal.

Neste momento, esse caldo de cultura condicionador é tanto mais perigoso quanto a evolução da televisão para a tecnologia digital possibilitará a entrega de uma ou mais novas concessões de canais em sinal aberto. Ora, até que tal aconteça, coloca-se um cutelo em permanência sobre o pescoço desses grupos: os que, já tutelando canais, não desejam mais concorrência, e os que, liderando a comunicação escrita, precisam de expandir o negócio para o audiovisual.

Dada a dimensão do mercado português, para assegurar os princípios democráticos do pluralismo e a sobrevivência concorrencial dos grupos autónomos, este caminho só pode prosseguir se o Estado se retirar de um negócio para o qual não está vocacionado.

II - Na denúncia de uma concorrência desleal e do desvirtuamento do serviço público



Os canais de televisão portugueses vivem quase exclusivamente do mercado publicitário e seus derivados. A televisão e a rádio públicas, para além das receitas de publicidade obtidas em condições concorrenciais muito semelhantes, contam ainda com duas outras fontes adicionais de receita: uma generosa indemnização compensatória de cerca de 150 milhões de euros por ano, acrescida da receita da taxa do audiovisual que, por si só, lhe assegurou no ano passado uma receita de 108 milhões de euros! Palavras para quê? Além disso, o Estado ainda entregou à RTP uma dotação de capital extraordinária de 56 milhões de euros, para além de aumentos de capital anuais médios, até 2013, de 70 milhões

de euros!

É evidente que existem condições para redefinir conceitos de serviço público que não passem por «engordar» o grupo RTP. A RTP Memória, ou os anunciados canais dirigidos a crianças e mulheres, não podem ser considerados serviço público. Não o são também lógicas de programação orientadas para uma conquista pura e dura de audiências. A aposta na valorização dos seus profissionais, aliada a uma assunção de um verdadeiro espírito de serviço público, são, essas sim, opções incontornáveis.

III - A questão económica e financeira

Com base na situação decorrente do processo – positivo – de saneamento financeiro iniciado em 2002, a situação da RTP é a seguinte: o grupo tem custos operacionais médios que rondam os 220 milhões de euros por ano (os da SIC são de cerca de 140 milhões e os da TVI, de 130!); a indemnização compensatória ronda em média os 150 milhões de euros por ano e a receita da taxa de «Contribuição para o Audiovisual» prevista para 2008 estima-se em 120 milhões de euros, o que se traduz numa receita total de 50 milhões de euros acima dos custos operacionais.

Existem assim condições, sem a imposição de qualquer esforço adicional ao contribuinte, para colocar a RTP à margem do circuito da concorrência directa e desleal aos canais comerciais. A alternativa é, sim, usar para esse efeito os 50 milhões de euros de «superavit», impedindo simultaneamente que eles desapareçam na voragem de um novo surto despesista.

Para assegurar a pluralidade da comunicação social portuguesa e a sua importância para a democracia nem sequer é necessário evocar o exemplo do Presidente Sarkozy, que há dias, perante uma situação em tudo idêntica à portuguesa, nomeou um grupo de trabalho, a «Commission Copé», para estudar a abolição da publicidade nas televisões e rádios públicas a partir de 1 de Janeiro de 2009! Aqueles que me criticaram sem sequer equacionar a viabilidade da minha proposta enquanto líder do PSD, que digam também desde já que o Presidente francês é «um homem sem juízo». – (*) *Presidente do PSD. Artigo publicado em “O Público”, reproduzido por cortesia daquele jornal.*



Em entrevista à SIC Notícias, Luís Filipe Menezes pondera o financiamento privado dos Partidos e defende a RTP sem publicidade

O presidente do PSD defendeu, no dia 27, à noite, em entrevista à SIC-Notícias, que se pondere a possibilidade de os partidos voltarem a ser financiados por privados e empresas para acabar com o que considerou ser uma “hipocrisia suprema”.

Luís Filipe Menezes disse que a actual lei do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais “é impraticável”, que as normas foram “mal feitas, por pessoas que nunca na vida organizaram uma campanha eleitoral”.

“Eu penso que, atendendo inclusivamente à situação financeira do País, é de reequacionar que o financiamento possa ser privado e também das empresas, com transparência, com rigor, com medidas drásticas para condenar quem prevaricar, com incentivos fiscais generosos”, acrescentou.

“É talvez altura de sermos corajosos e enfrentar sem hipocrisias a questão do financiamento dos partidos políticos”, declarou.

O presidente do PSD apontou as regras em vigor nos Estados Unidos da América, em que o financiamento dos partidos e campanhas é feito por privados e empresas. “Há transparência, há rigor, há responsabilidade e não há esta hipocrisia suprema em que vivemos”, observou.

Luís Filipe Menezes defendeu ainda que se deve descentralizar a responsabilidade pelas contas dos partidos: “Tem de ser a nível local, cada pequena entidade territorial a apresentar as suas próprias contas e a responsabilizar-se por elas”.

O presidente do PSD divulgou estas posições depois de ser questionado sobre a condenação do seu partido pelo Tribunal Constitucional por ter recebido em 2001 um donativo ilegal da construtora Somague e sobre a sua reacção, em que demarcou a sua direcção dessa ilegalidade.

Menezes justificou essa demarcação com as notícias que não referiam a data em que esse donativo foi recebido. “Ficava-se sem saber se era 2007, 2005 ou 2001”, afirmou.

“Sou completamente solidário”, salientou, dizendo que os responsáveis do PSD em 2001 são de uma “seriedade inquestionável” e que tem “em relação a esse passado a maior das compreensões”.

“Eu tenho a certeza absoluta de que depois daquela data muitos partidos cometeram irregularidades e estão a ser cometidas todos os dias porque a lei que existe é impraticável, não tem em conta a realidade do

terreno de organização de uma campanha eleitoral”, disse.

Publicidade fora da RTP

Mas a declaração mais notada pela comunicação social, foi a de compromisso de Luís Filipe Menezes, de retirar a publicidade da RTP se ganhar as eleições legislativas de 2009 e formar Governo, deixando o mercado publicitário para os privados.

“Há uma opção que o PSD vai fazer, quando ganharmos as eleições: o canal público de televisão vai deixar de ter publicidade e vai ser mesmo um canal de serviço público”, declarou Luís Filipe Menezes, em entrevista à SIC-Notícias.

“Eu sei quanto é que isso custa e o que vai ter de ser renegociado”, acrescentou.

Questionado sobre o custo dessa decisão, respondeu: “São alguns quilómetros de auto-estrada.”

“Há opções a fazer. Deixar o mercado da publicidade para os privados é uma opção de fundo que faremos quando formos Governo. É um compromisso”, insistiu.

Após ouvir a jornalista da SIC-Notícias Ana Lourenço perguntar-lhe se não estava a ter uma liderança discreta, Luís Filipe Menezes fez uma referência indirecta à entrevista feita pela SIC ao primeiro-ministro, José Sócrates, na segunda-feira da semana passada.

Os privilégios do poder, ou as diferenças de tratamento...

“Esta entrevista começa bem, começa de uma forma aguerrida. Nota-se que nós não combinámos a entrevista. E também tenho o privilégio de saber que nenhum de nós depende um do outro, são logo à partida regras bem claras”, comentou.

Mais à frente, Menezes voltou ao assunto: “Comecei esta entrevista quase a agradecer. Mas olhe que um dia, quando for primeiro-ministro, não vou fazer lei, mas farei doutrina, farei discursos no sentido de que um grande canal generalista como a SIC um dia depois de ter o primeiro-ministro perante milhão e tal de espectadores possa ter o líder da oposição perante um milhão e tal de espectadores”.

“Essa é que é a equidade em democracia, mesmo sendo um canal privado”, considerou.

Defendendo que há falta equidade na comunicação social em prejuízo da direcção do PSD, Luís Filipe Menezes disse: “Está quase toda a gente contra mim menos o povo.”

Sobre as suas relações com o presidente do grupo parlamentar do PSD, revelou que Pedro Santana Lopes quis ocupar essas funções e que esse também foi o seu desejo.

Menezes descreveu Santana como “um competente presidente do grupo parlamentar”, que “tem sido de uma lealdade irrepreensível”, cumprindo “escrupulosamente” as decisões da direcção do partido.

“Tem a minha confiança, a minha solidariedade, o meu respeito e o meu apoio. Tinha, tem e terá”, concluiu.

Na entrevista, Menezes declarou que “o PSD não produziu um programa



eleitoral ligado à sua matriz ideológica durante anos e anos” e remeteu a apresentação desse documento “para a véspera das eleições e mesmo aí com alguma prudência”.

Reclamando diferenças face ao trabalho anterior do seu partido, designadamente pela definição de políticas sectoriais inexistentes “durante muitos anos”, Menezes declarou: “Neste meu PSD não há mais lugar para quem não trabalha.”

O presidente do PSD salientou que tem a colaborar consigo de forma leal sociais-democratas como “Tavares Moreira, Mira Amaral, Miguel Bezeza, Walter Marques, Oliveira Martins, Ferreira do Amaral” e antecipou os nomes de alguns dos porta-vozes do partido.

Alberto Amorim Pereira será o porta-voz para a justiça, José Manuel Canavarro para o ensino superior, Pedro Duarte para a educação e Henrique de Freitas para a defesa, revelou.



Crise na Educação: o Presidente em encontro com a FENPROF

Luís Filipe Menezes, e o secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, consideraram, no dia 27, que a contestação no sector da educação é semelhante à que levou o ministro da Saúde a sair do Governo.

No final de um encontro com Luís Filipe Menezes, nas instalações da FENPROF em Lisboa, Mário Nogueira manifestou mesmo esperança de que a história se repita e a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, saia brevemente do Governo.

“Estamos a tentar bater um recorde. A última vez que um ministro foi ao ‘Prós e Contras’ [programa da RTP em que Maria de Lurdes Rodrigues esteve na segunda-feira] durou 10 dias”, declarou o secretário-geral da FENPROF aos jornalistas.

Antes, o presidente do PSD tinha igualmente comparado o actual momento do sector da educação à situação que levou à saída do ministro da Saúde.

“Estamos em algo de semelhante à questão das urgências que fez com que caísse o ministro da Saúde. Mandava o bom senso que se parasse para pensar”, considerou Luís Filipe Menezes, em declarações à comunicação social.

Manifestação de professores no dia 7, “marca o ponto de viragem irreversível na popularidade do Governo e na construção de uma mudança”

O líder do PSD afirmou hoje que a manifestação de dia 7, que inicia a Semana de Luta da Frente Comum, “marca o ponto de viragem irreversível na popularidade do Governo e na construção de uma mudança”.

Os sindicatos da Frente Comum iniciam a 7 de Março uma Semana de Luta, que culminará com uma greve e concentração no dia 14, contra o novo diploma dos vínculos, carreiras e remunerações.

A Semana de Luta inicia-se com um encontro nacional de dirigentes e delegados sindicais do pessoal não docente dos ensinos básico e secundário, em Lisboa, com desfile para o Ministério da Educação.

No dia seguinte (08 de Março) realiza-se a marcha de indignação dos professores.

“Face à situação de descontentamento na educação, à perseguição de professores, ao clima de medo instaurado e à situação caricata de identificação dos docentes que falaram à televisão, tenho a certeza que a manifestação será um ponto de viragem irreversível na popularidade do Governo e na construção de uma mudança”, afirmou Luís Filipe Menezes.

Questionado sobre o relatório da Comissão Europeia segundo o qual Portugal é um dos oito países da União UE onde se registam os níveis mais elevados de pobreza nas crianças, nomeadamente nas que vivem com adultos empregados, Menezes disse não estranhar estes números que são “dos mais gravosos da Europa”.

Segundo o relatório conjunto sobre a protecção social e inclusão social, que deverá ser adoptado no dia 29 pelo Conselho de Ministros do Emprego e Segurança Social, em Portugal há mais de 20 por cento de crianças (uma em cada cinco) expostas ao risco de pobreza.

Luís Filipe Menezes, que falava à margem de uma visita a uma empresa metalúrgica de Vila Nova de Gaia, lembrou, porém, que “quando se fala de

crianças pobres não se trata apenas desse escalão etário, porque elas não vivem sozinhas”.

“Se há crianças pobres é porque há portugueses pobres. Mas isso já sabíamos. Os recordes do primeiro-ministro não podem ser maquilhados: um crescimento económico abaixo da média europeia, as elevadas taxas de desemprego, em particular junto dos jovens licenciados e o país em pé de guerra”, disse o presidente social-democrata.

Questionado sobre a situação na Polícia Judiciária do Porto, Menezes não quis comentar “uma questão tão melindrosa”, afirmando apenas que ela reflecte a “turbulência que existe em variados sectores da vida política, incluindo a justiça”.

“Se há professores crispados, se os médicos e enfermeiros estão desesperançados, por que razão os polícias e os técnicos judiciais não haveriam de estar também?”, questionou.

Menezes partidário de separação entre medicina pública e privada, mas de forma evolutiva e tranquila

O presidente do PSD defendeu, no final de uma visita ao Hospital Cuf Descobertas, em Lisboa, na semana passada, que não se possa acumular o exercício da medicina no sector público e no privado, princípio que disse querer ver aplicado progressivamente, a prazo.

“Essa é uma linha de rumo absolutamente assumida, a separação progressiva da medicina pública e da medicina privada. Para quê? Para que se possa evoluir depois para uma lógica de livre escolha por parte dos utentes [entre os dois sectores]”, declarou.

Segundo o presidente do PSD, “tendencialmente, a prazo, deve-se caminhar nesse sentido: Quem está no público deve estar no público em ‘full time’, em disponibilidade permanente, e quem está no privado deve estar no privado”.

Menezes disse que não defende a aplicação desse princípio “de uma forma imediata e instantânea porque existem direitos adquiridos pelos profissionais, existe toda uma organização de vida de muitas pessoas ao longo de gerações que não se pode de uma forma revolucionária e abrupta alterar”.

Luís-Todo Bom, porta-voz do PSD para a área económica

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, apresentou hoje Luís-Todo Bom como o novo porta-voz do partido para a área económica e prometeu para os próximos dias novos nomes para as pastas sectoriais.

Numa visita a uma empresa metalúrgica em Vila Nova de Gaia, Menezes anunciou que o ex-secretário de Estado da Indústria e Energia de Cavaco Silva será o porta-voz do partido para a área económica.

Os porta-vozes sectoriais do PSD tinham já sido prometidos por Menezes há uns meses, mas ainda não foram formalmente anunciados.

“Apresentamos os porta-vozes quando queremos, não quando outros querem”, disse hoje o líder social-democrata, numa alusão às críticas pelo atraso na sua apresentação.

“A partir de hoje haverá apresentações diárias de porta-vozes”, prometeu ainda. – **Coord.PL**

Ribau Esteves, na sessão de abertura da Convenção Nacional Autárquica da JSD, no Fundão, aponta “a difícil situação financeira das famílias portuguesas”

O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, apontou, no sábado, “a difícil situação financeira das famílias portuguesas” como “a notícia do dia”.

O dirigente, que falava na sessão de abertura da Convenção Nacional Autárquica da JSD, no Fundão, referia-se aos últimos indicadores divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre outros, “o indicador de confiança dos consumidores prolongou a tendência negativa iniciada em finais de 2006, registando o valor mínimo desde Junho de 2003”, ao registar 42,4 pontos, anunciou o INE.

Conjugando aquele indicador com os níveis de desemprego e de endividamento, entre outros, “as famílias vivem a pior situação financeira dos últimos 22 anos”, destacou o dirigente do PSD, numa alusão aos números divulgados na imprensa diária.

Ribau Esteves acusou o Governo de olhar com desprezo para o cenário de crise. “Só governa para aparecer nos jornais ou ficar bem na televisão” e para “sustentar uns poucos que suportam o PS no poder”.

“O país precisa de nós”, disse perante os jovens social-democratas,

apelando à mobilização interna. “O PSD tem que se mobilizar melhor do que tem sido feito em torno do nosso líder”, destacou.

O secretário-geral do PSD apontou como objectivo “conquistar aquele que é hoje o maior partido português: o partido do “não sei””, numa alusão ao número de indecisos nas sondagens sobre intenção de voto.

“O PSD tem que olhar para esta janela de oportunidade”, salientando que dentro do partido pode haver “diversidade de opiniões, mas de forma disciplinada”.

Ao encontro da JSD, hoje, no Fundão, seguir-se-ão outros “em Beja e Bragança, culminando com um encontro final a realizar em Setembro ou Outubro”, anunciou Pedro Rodrigues, presidente da JSD.

Para 5 de Abril, em Sernancelhe, está marcada a primeira iniciativa do ciclo “Encontros com o país real” e que será dedicada ao tema “Interioridade”.

Debate quinzenal com o Primeiro-ministro

O debate quinzenal do primeiro-ministro com os deputados, foi pela primeira vez desde a aplicação do novo regimento, iniciado pelo PSD, que indicou sete temas para a discussão.

Os temas indicados pelos social-democratas foram assuntos sociais, educação, justiça, agricultura, obras públicas, comunicação social e política externa.

O PS indicou à mesa o tema das obras públicas, o CDS-PP as políticas económicas e as políticas sociais, enquanto o PEV optou pela agricultura e administração pública.

A bancada do PCP escolheu a educação e políticas sociais e o Bloco de Esquerda tem três temas: políticas sociais e económicas e relações internacionais.

Seguindo o formato previsto no novo regimento da Assembleia da República, o primeiro debate do mês é aberto pelo primeiro-ministro e o



segundo começa com perguntas de um grupo parlamentar, do maior para o mais pequeno.

Depois de, a 30 de Janeiro, ter sido o PS a abrir o debate, indicando o tema “políticas sociais”, desta vez foi o PSD a fazê-lo, pela primeira vez desde que está em vigor o novo regimento.

Na abertura do debate, o líder parlamentar do PSD pediu ao primeiro-ministro que falasse sobre a “fragilização” da justiça portuguesa e acabou a justificar a decisão do seu partido de quebrar o acordo sobre o mapa judiciário.

Pedro Santana Lopes abriu o debate declarando que se constata “uma fragilização objectiva” da justiça, com “indefinição de caminhos, de métodos”, e apontou o recuo de Almeida Pereira na aceitação do convite para ser director da Polícia Judiciária (PJ) do Porto.

“A nomeação do director da PJ do Porto é da competência do director nacional da PJ”, respondeu o primeiro-ministro José Sócrates.

“Expresso a minha confiança na direcção nacional da PJ que saberá agora encontrar uma nova solução”, acrescentou.

A seguir, o primeiro-ministro disse

também querer falar de justiça e criticou o PSD pela quebra do acordo para a revisão do mapa judiciário, incluída no pacto para a justiça assinado entre socialistas e social-democratas.

A discussão sobre essa decisão do PSD prolongou-se, tendo Santana Lopes, na quinta vez que usou da palavra lembrado que a quebra do pacto é perfeitamente justificada, quando o PS, fabrica, sem o acordo do PSD, um mapa judiciário que o PSD considera inaceitável e com o qual nada se identifica. “Não somos obrigados a engulir o que o PS nos quer dar, ao abrigo de um acordo que não cobria esta acção”, disse.

Lembrou um exemplo protagonizado pelo Presidente da República, Cavaco Silva, quando “... os senhores chamavam populista a Cavaco Silva quando ele rompeu o acordo do Bloco Central e fez cair o Governo e passado pouco tempo ganhava as eleições. Nós não sacrificamos é os nossos princípios e valores à arrogância e à imposição de vontades da parte de outros com quem celebramos acordos”, afirmou.

PSD lamenta a forma como foi



feita a escolha do Director da PJ do Porto sem o consenso das partes envolvidas

O PSD considerou, no dia 28, “muito mau” que a escolha de Almeida Pereira para dirigir a PJ do Porto tenha sido feita sem o consenso das partes envolvidas e lamentou a forma como este “episódio” prejudica a “confiança e credibilidade” da Justiça.

O magistrado do Ministério Público decidiu hoje voltar atrás quanto à aceitação do convite para ser o próximo director da Polícia Judiciária (PJ) do Porto, afirmando que desde que aceitou publicamente o convite do ministro da Justiça foi “objecto de calúnias, infâmias e vilipêndios de proveniência nunca assumida”.

“Parece-nos muito mau que se façam escolhas sem o consenso entre as partes envolvidas nessa escolhas. É mau para a confiança das pessoas e para a credibilidade da Justiça a forma como este episódio terminou”, afirmou o porta-voz do PSD para a Justiça, Amorim Pereira, em declarações à agência Lusa.

Horas antes, Almeida Pereira reiterou igualmente à Lusa que tinha aceite o convite do ministro Alberto Costa, numa altura em que surgiam rumores de que estaria a sofrer pressões internas para não aceitar o cargo.

“Não sei a que pressões ele se refere, mas de certeza que terá a ver com climas de alguma crispação interna ou até mesmo de pressão externa”, afirmou o porta-voz do PSD para a Justiça.

Segundo Amorim Pereira, é ainda lamentável que venham para “a praça pública” discussões sobre o funcionamento da Polícia Judiciária, sublinhando, por outro lado, a necessidade destas questões serem discutidas “no recato dos órgãos próprios”.

O procurador Almeida Pereira estava nesta altura a aguardar autorização do Conselho Superior do



Ministério Público para ser confirmado como director da PJ do Porto.

“Lamento o que este episódio representa para a imagem pública de uma instituição como a Polícia Judiciária, mas também, em geral, para o Ministério Público”, reiterou Amorim Pereira.

Questionado se a imagem do ministro da Justiça sai fragilizada com este caso, o porta-voz dos social-democratas para a Justiça respondeu: “O ministro não tem dado provas de grande dinamismo nem rasgo para resolver os problemas da Justiça em Portugal”.

PSD formaliza pedido de constituição de uma “comissão de inquérito parlamentar para apreciar os actos do Governo e das entidades de supervisão do sistema financeiro

O PSD formalizou no dia 29, hoje o pedido de constituição de uma “comissão de inquérito parlamentar para apreciar os actos do Governo e das entidades de supervisão do sistema financeiro, nomeadamente o Banco de Portugal, a CMVM e o ISP.

O PSD entregou na mesa da Assembleia da República um requerimento assinado por 46 dos 75 deputados do PSD, precisamente o número necessário para que a comissão de inquérito seja obrigatoriamente constituída.

Caberá ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, admitir a proposta, após verificar que esta indica convenientemente o seu objecto e fundamentos, conferir o número de deputados subscritores e ser informado

pelo procurador-geral da República sobre eventuais processos criminais em curso sobre o conteúdo do inquérito.

O PSD pede uma “comissão de inquérito parlamentar para apreciar os actos do Governo e das seguintes entidades de supervisão bancária e financeira: Banco de Portugal, Comissão de Mercado e Valores Mobiliários (CMVM) e o Instituto de Seguros de Portugal”.

“Convidamos os demais partidos a acompanharem-nos neste propósito”, disse aos jornalistas o vice-presidente da bancada social-democrata Mário Patinha Antão.

No requerimento hoje entregue, o PSD não indica ainda quem quer chamar ao Parlamento no âmbito desse inquérito, que como a agência Lusa já noticiou, pretende ver concluído em 120 dias.

Segundo Patinha Antão, o partido está “a preparar a lista de audientes” e espera “que os demais partidos possam também contribuir”.

Fernando Negrão vai presidir à comissão parlamentar de inquérito à supervisão financeira em Portugal

O deputado do PSD Fernando Negrão vai presidir à comissão parlamentar de inquérito à supervisão financeira em Portugal e alegadas irregularidades no Banco Comercial Português (BCP).

Em declarações à Lusa, Fernando Negrão confirmou que aceitou presidir à comissão de inquérito, que os social-democratas esperam que esteja formalizada dentro de 15 dias.

“Aceitei a responsabilidade de presidir à comissão de inquérito parlamentar”, disse Negrão.

O ex-director-geral da Polícia Judiciária (PJ) e ex-ministro da Segurança Social, da Família e da Criança avisou, também, que se está a

“lidar com uma área sensível, pelo que



é necessário ter sensatez, prudência e sentido de responsabilidade”.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Mário Patinha Antão disse à Lusa que espera que a comissão parlamentar esteja formalizada dentro de 15 dias e vai pedir para que as audições sejam públicas.

Depois do início do inquérito, “em 120 dias esperamos ter um relatório pronto”, declarou o deputado do PSD.

O PS já decidiu que não vai votar a favor do inquérito, “porque entende que é matéria muito delicada e, estando a decorrer investigações [dos reguladores e do Ministério Público], há matérias sob sigilo”, pelo que, pouco se poderá adiantar em relação ao já apurado pela comissão parlamentar, disse o deputado socialista Vitor Baptista.

No entanto, o PSD, com 75 deputados, não depende de outros partidos para conseguir o inquérito parlamentar, uma vez que o regime jurídico estabelece que estes se





realizam por decisão do plenário ou por requerimento de um quinto dos deputados, 46 em 230, sendo que os social-democratas são 75.

O PSD já avançou também que vai requerer que as sessões sejam abertas ao público, “salvo em alguma matéria de sigilo” que o possa justificar, por entender que “o trabalho das comissões de inquérito devem ser largamente divulgados”.

Quanto às pessoas e entidades a ouvir, o PS não adianta se manterá as posições adoptadas quando das decisões sobre as audições na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças.

Questionado sobre se o facto de a maioria socialista poder condicionar a escolha de quem será ouvido é determinante, Fernando Negrão disse que o trabalho da comissão será, sempre, importante.

“O processo de discussão tem sempre utilidade”, afirmou.

O PS votou a favor das audições dos responsáveis da CMVM, Carlos Tavares, do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, e do Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que na altura dos factos era presidente da CMVM, e viabilizou a audição ao ex-presidente do BCP Filipe Pinhal.

Votou contra o pedido de audição de Joe Berardo, por entender que neste processo os accionistas devem ficar de fora, e absteve-se nas propostas de audição a Jardim Gonçalves e Paulo Teixeira Pinto, antigos presidentes do banco.

Foi o PSD que chumbou as audições a Jardim Gonçalves e Paulo Teixeira Pinto, que acabou por tomar a iniciativa de pedir ao presidente da AR para ser ouvido.

PSD e PS também não apoiaram uma proposta anterior para a realização de um inquérito parlamentar, da iniciativa do CDS-PP, que foi chumbada há apenas duas

semanas.

Grupo Parlamentar no Oeste

O grupo parlamentar do PSD, liderado por Pedro Santana Lopes, visitou na segunda-feira Torres Vedras, Cadaval e Bombarral, na região do Oeste, três semanas depois de ter estado no distrito de Castelo Branco.

A visita aos municípios do Oeste, divulgada pelo grupo parlamentar do PSD, teve como temas o ensino especial, a escola inclusiva, as acessibilidades, os planos municipais de defesa da floresta e a agricultura.

Os deputados sociais-democratas começaram por se deslocar, de manhã, à Associação para Educação de Crianças Inadaptadas e à Escola Padre Francisco Soares, em Torres Vedras, seguindo-se uma viagem de comboio até ao Bombarral.

O programa incluiu ainda um almoço na Serra de Montejunto, área de paisagem protegida, e uma visita a uma cooperativa agrícola do Cadaval.

A deslocação ao Oeste esteve inicialmente prevista para a segunda-feira da semana passada, mas foi cancelada e adiada para a segunda-feira seguinte.

Rui Gomes da Silva a favor do financiamento privado dos partidos

O dirigente social-democrata Rui Gomes da Silva declarou no Parlamento que o PSD é a favor do alargamento do financiamento privado dos partidos, insistindo numa ideia defendida por Luís Filipe Menezes na terça-feira.

“O PSD defende uma maior abertura ao financiamento privado.

Devemos repensar o modelo”, disse Rui Gomes da Silva, durante um debate em plenário sobre incompatibilidades e impedimentos dos políticos.

“O financiamento privado deve ser possível, desde que haja transparência”, acrescentou o deputado e vice-presidente do PSD.

Rui Gomes da Silva perguntou se “devem os partidos políticos viver quase exclusivamente à custa do Estado, como se fossem repartições públicas”.

“O Estado já paga tanta coisa, indevidamente, terá também de gastar milhões de euros para suportar os partidos, à custa dos contribuintes, para além de uma base mínima e razoável?”, prosseguiu, apontando “o modelo inglês” como um possível exemplo a seguir.

Em nome de uma maior transparência, o social-democrata sugeriu que se pondere “tornar público o relatório anual das contas dos partidos”, que estas sejam controladas “pelo Tribunal de Contas em vez do Tribunal Constitucional” e que haja “sanções pesadíssimas para quem

ocultar financiamentos”.

Na terça-feira, Luís Filipe Menezes propôs, em entrevista à SIC-Notícias, que se equacione a possibilidade de os partidos voltarem a ser financiados por privados e empresas.

Na quarta-feira, PCP e BE recusaram essa ideia, enquanto o PS se mostrou reticente.

“Os Verdes”, responderam à proposta, com um não”.

PSD levantou o tema das incompatibilidades dos deputados e dos políticos, num debate de actualidade no Parlamento

O PSD levantou, no dia 28, o tema das incompatibilidades dos deputados e dos políticos, num debate de actualidade no Parlamento, depois de o PS ter abdicado de um debate sobre políticas sociais.

A questão foi hoje discutida na conferência de líderes parlamentares. O PSD já tinha anunciado que pretendia marcar um debate, através de carta, a 15 de Fevereiro, mas isso, segundo o regimento, não lhe dá garantia alguma.

Estes debates de actualidade devem ser comunicados entre as 10:00 e as 11:00 do dia em que se realizam, e a conferência de líderes definiu critérios para a sua realização, a começar pela representatividade das bancadas, o princípio da rotatividade e alternância e a hora a que é formalizada marcação do debate.

Em declarações à Lusa, Luís Montenegro, vice-presidente da bancada social-democrata, comentou apenas que “o PS anda muito perturbado por o PSD exercer os seus direitos parlamentares”.

Na conferência, além do PS, o PCP também protestou e defendeu a aplicação dos critérios definidos pela conferência de líderes.

O PS ponderou a marcação de um debate de actualidade sobre políticas sociais, tema das jornadas parlamentares do PS, de segunda a quarta-feira, na Guarda, mas optou por não agendá-lo, apesar de ter precedência.

O líder parlamentar do PSD, Pedro



Santana Lopes, anunciara, há duas semanas, a marcação de um debate sobre incompatibilidades, admitindo os social-democratas apertar regras para os deputados.

O PSD agendou assim um debate de actualidade sobre incompatibilidades dos titulares dos cargos políticos, que tinha sido anunciado pelo líder da bancada social-democrata no último frente-a-frente com o primeiro-ministro.

De acordo com a direcção da bancada social-democrata, não serão apresentadas por enquanto iniciativas legislativas e será o deputado e vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva a representar o partido no debate.

O tema da discussão, que será o primeiro ponto da sessão plenária, é “As actividades profissionais e o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”.

No debate quinzenal de 13 de Fevereiro com José Sócrates, o líder da bancada social-democrata, Pedro Santana Lopes, referiu-se à notícia publicada nesse dia sobre a sua prestação de serviços à empresa espanhola Globalia em 2007.

A empresa Globalia foi a vencedora do concurso de privatização dos serviços de assistência aos passageiros da TAP, cuja minuta do contrato de compra e venda foi aprovada quando Santana Lopes era primeiro-ministro, em 2004.

Considerando que “quem não deve não teme” e que “o Parlamento é o local adequado para se falar de todas as matérias”, Santana Lopes anunciou que o PSD promoveria na semana seguinte um debate “sobre a advocacia, as profissões liberais e os deputados”.

Ainda no dia do debate com o primeiro-ministro, o líder parlamentar do PSD adiantou a intenção de fazer alterações ao regime de incompatibilidades em vigor.

O debate anunciado por Pedro Santana Lopes acabou por não acontecer na semana seguinte, mas foi agendado para quinta-feira passada.

Pedro Santana Lopes não adiantou ainda o sentido das alterações ao actual regime de incompatibilidades, dizendo que as suas declarações foram um ponto de partida para uma reflexão.

Questionado há duas semanas, sobre o desenvolvimento deste processo de revisão das incompatibilidades, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa assegurou à agência Lusa que a direcção da bancada “não deixará de forma alguma cair esta matéria”, mas vai trabalhar sem prazos nem pontos de chegada.

PSD apresenta projecto de resolução com 29 medidas de apoio à Micro, Pequenas e Médias empresas

O PSD apresentou quinta-feira passada, em sessão plenária da Assembleia da República (AR) um projecto de resolução com 29 medidas

de apoio às micro, pequenas e médias empresas (PME), mas “sem grandes esperanças” de vê-lo aprovado.

Em declarações à imprensa, o deputado social-democrata Hugo Velosa adiantou que serão apresentadas medidas concretas, abrangendo várias áreas, que tentam suprir aquela que “não tem sido” a política do actual Governo em relação às PME.

“Não temos grande esperança que o nosso projecto seja aprovado, mas, quem sabe, água mole em pedra dura...”, comentou o deputado.

Para o PSD, o Governo tem privilegiado apenas as grandes empresas a operar em Portugal, deixando de fora mais de 98 por cento do tecido empresarial do país.

Entre as medidas apresentadas pelo PSD, Hugo Velosa destacou a regularização da dívida do Estado às empresas, através de mecanismos como o da emissão de dívida pública ou da hipótese de compensação de dívidas por relação a obrigações fiscais.

Ainda na área fiscal, o PSD recomenda que o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) resultante de serviços prestados ao Estado seja apenas pago após boa cobrança desses serviços.

Do lote de medidas proposto pelo PSD para apoiar as PME, constam ainda apoios para promover o capital de risco, bem como o empreendedorismo.

Na sessão plenária será igualmente debatido o projecto de resolução do PS que recomenda ao Governo a criação de um sistema de dinamização de parcerias e de apoio à gestão das PME no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Reflexos do último “Prós e Contras”

O PSD acusou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, de querer evitar o confronto com a oposição e limitar os temas em debate na passada edição do programa da RTP “Prós e Contras”.

“Lamentamos que o debate aconteça apenas com a presença dos professores e criticamos o Governo por querer discutir a educação sem a presença dos partidos da oposição”, declarou o vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva. Segundo o dirigente social-democrata, o PSD soube “que não vai estar presente nenhum representante dos partidos políticos [no programa da RTP], numa tentativa de afastar a discussão entre o Governo e os partidos políticos da oposição”, o que lamentou.

Por outro lado, o PSD teve a informação de que “a ministra da Educação tentou limitar os temas em debate” na edição do “Prós e Contras”, acrescentou Rui Gomes da Silva.

“Lamentamos que o Governo tenha limitado as questões a serem discutidas e estranhámos que a ministra não queira discutir matérias que são da sua responsabilidade, como a educação musical”, prosseguiu o ex-ministro dos Assuntos Parlamentares.

“O Governo não quer discutir nada. Qualquer dia temos que pedir desculpa ao Governo por existir”, observou o vice-presidente do PSD.

Questionado se o PSD considera que a RTP aceitou exigências do Governo em relação ao formato do programa a transmitir em directo esta noite, Rui Gomes da Silva respondeu: “A ser verdade que a ministra colocou essas mesmas exigências, a ser verdade que vão ser respeitadas, é porque a RTP as aceitou”.

Os deputados do PSD eleitos

pelo Porto vão pedir ao Governo esclarecimentos sobre as razões que levaram a PSP a identificar professores que participavam numa manifestação

O deputado e presidente da “distrital” do PSD do Porto, Marco António Costa, que falava à Lusa após uma reunião dos parlamentares do PSD, liderados por Pedro Duarte, responsável da Comissão de Educação da AR, com o presidente da Associação Nacional de Professores, António Grancho - em que foi debatida a situação da educação em Portugal - disse que o pedido dos deputados do PSD eleitos pelo Porto de esclarecimentos sobre as razões que levaram a polícia a identificar professores que participavam numa manifestação contra a política e educação do Governo, seguirá hoje, ou “o mais tardar, amanhã”.

“Consideramos que este tipo de actuações se insere na atitude que este governo tem seguido de forte coacção sobre os professores, que nós desaprovamos totalmente porque consideramos que a reforma da educação tem que se fazer com os professores e não contra eles”, disse o responsável.

Para o deputado, esta actuação denuncia também “uma repetição do caso Fernando Charrua elevada ao coeficiente máximo”.

“Esta metodologia de identificar todos os que criticam o Governo ultrapassa as margens do Estado de Direito”, sustentou o parlamentar.

Para os deputados do PSD/Porto, a política do Governo de “pressão constante sobre os professores, desestabiliza as escolas e pesa ainda mais sobre as famílias, já submetidas a um clima de pressão social agravada, face à actual crise que atravessa a economia portuguesa, com um número crescente de empresas em falência”.

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, também criticou hoje, à margem de uma visita a uma empresa metalúrgica de Vila Nova de Gaia, “a situação de descontentamento na educação, a perseguição de professores, o clima de medo instaurado e a situação caricata de identificação dos docentes que falaram à televisão [na manifestação de sábado, no Porto]”.

Os sindicatos da Frente Comum iniciam a 7 de Março uma Semana de Luta, que culminará com uma greve e concentração no dia 14, contra o novo diploma dos vínculos, carreiras e remunerações no sector da educação.

A Semana de Luta inicia-se com um encontro nacional de dirigentes e delegados sindicais do pessoal não docente dos ensinos básico e secundário, em Lisboa, com desfile para o Ministério da Educação.

No dia seguinte (08 de Março) realiza-se a “marcha de indignação” dos professores. – Fontes: Lusa, PSD/Porto, gab. Imp. GP/PSD



Mais uma «sondagem»....

(*) Alberto João Jardim



Alguém encomendou uma «sondagem» sobre a «independência» da Madeira.

As sondagens custam dinheiro. Como alguém as pagou, era bom, sobretudo, saber porquê e para quê, bem como a razão do tema escolhido quando a questão não se põe e o País tem coisas muitíssimo mais importantes para resolver.

«Aqui há gato»...

Aliás, como habitualmente, a sua publicação dada à estampa na Região Autónoma pelo órgão que normalmente se articula com Lisboa no anti-autonomismo.

Mas, vejamos.

A sondagem diz ter ouvido trezentos e sessenta dos quase trezentos mil residentes na Região Autónoma da Madeira. E mil e vinte e um dos mais de nove milhões que habitam a parte lusitana da faixa litoral oeste da Península Ibérica.

Teria de ser um monumento de técnica, para as suas conclusões revestirem qualquer credibilidade.

Depois, se de facto o Povo Madeirense optasse pela independência – felizmente não opta – também não percebi essa de ir perguntar, no retângulo, se a respectiva douta opinião da rua, dá licença.

Esta despropositada sondagem não é inocente.

Toda a gente conhece que estes meios, também em Portugal, são utilizados para manipular a Opinião Pública, tentando orientá-la para

objectivos que são pretendidos alcançar.

Incluso de propaganda.

Por isso, é que são tornadas públicas. Porque se fazem, também, inúmeras outras sondagens, incluso para medir o eventual comportamento dos mercados ou obter uma informação sobre a tendência das pessoas em relação a determinado assunto, sondagens as quais, precisamente por não terem os referidos objectivos de propaganda, não são do conhecimento geral.

Ora, esta sobre a «independência», foi feita precisamente para ser tornada pública.

E, como sondagens custam dinheiro, porquê?...

Num Portugal que ao longo dos séculos esteve sempre nas mãos dos centros de decisão política e económica de Lisboa, a existência de Autonomias Políticas nos Açores e na Madeira é incómoda, para além do défice cultural tradicional para compreender descentralizações políticas e o que estas significam em termos de respeito pelos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

E a má consciência sobre o que até agora se passou, nomeadamente os artificios indecentes pela via constitucional e as «partidinhas» rascas, acaba por criar «fantasmas» nos poderes de Lisboa, nem que seja para auto justificar os remorsos.

Daí, essa da «independência» - situação que não se põe, insisto – para continuar a estabelecer entre todos os

Portugueses um clima de desconfiança em relação às Autonomias Políticas dos Açores e da Madeira. Mais da Madeira, porque é Esta que mais dá a cara.

Com situações caricatas pelo meio. Ainda agora e apesar das posições dos Estados Unidos, das maiores potências da União Europeia e das duas maiores famílias político-partidárias do Parlamento Europeu a que o PSD e o PS pertencem, em Lisboa vai-se dizendo que a hesitação no reconhecimento da independência legítima do Kosovo, deve-se ao receio de o mesmo vir a suceder...nuns determinados territórios euro-asiáticos distantes!...

Farto-me de rir, na medida em que o que de facto acontece, mas não querem dizer, é a pressão dos referidos «fantasmas» que, em Lisboa, criaram a «eles» próprios.

Nesta «fase do campeonato», fazer sondagens sobre a «independência da Madeira» - e porque não sobre a dos Açores?... – obviamente que tal investimento traz «água no bico». Não se trata só de algum costumeiro absurdo cultural em que aquela gente é pródigo, porque implicou gastar dinheiro.

Não há dúvida que a afirmação eleitoral de há meses – autonomista, e não independentista – foi um choque para aqueles que pretendem nos entreter e levar com um sistema autonómico mitigado, rasteirado e excessivamente controlado. E tanto foi

assim, que montaram logo o contra-ataque de procurar desvalorizar essas eleições.

É, ou não é?...

O pretendido, agora, é criar novos «climas» hostis na Opinião Pública do Continente, para obterem cobertura no sentido de impedir os nossos objectivos próximos, legais e legítimos de uma revisão constitucional que:

-mantendo a unidade nacional

-não criando mais encargos para o Estado central,

-alargue os poderes legislativos do Parlamento madeirense em termos da eficácia específica necessária para um correcto Desenvolvimento Integral do arquipélago, dadas as mudanças rápidas que ocorrem no mundo em globalização.

Estão a perceber?...

E só mais um pequeno pormenor.

Viram como a «sondagem» foi logo articulada para mais um bilionésimo, milionésimo, ataque ao Alberto João?

Como se o destino de um Povo, dependesse de um Alberto João em fim de carreira...

Saio da política activa, sem nunca ter percebido uma coisa. O que está por detrás de, ao longo de trinta e tal anos, se ter gasto tanto dinheiro e espaço – este, no papel, ou hertziano, também implica despesa – com campanhas organizadas contra os quase trezentos mil Madeirenses, o Alberto João incluído. – (*) *Presidente da CPP/PSD-Madeira; Presidente do Governo Regional da Madeira*

A micro-economia nacional

Do nosso correspondente em Braga (*)

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (GP-PSD) organizou em Braga há cerca de 3 semanas um encontro com empresários em que se procurou discutir as políticas públicas de apoio às pequenas e microempresas.

Na sequência das conclusões desta sessão em que participaram o Presidente do GP-PSD, Pedro Santana Lopes, algumas dezenas de empresários locais e representantes das principais Associações Empresariais Bracarenses, foi já produzida uma intervenção de fundo pelo Deputado Almeida Henriques e submetido um Projecto de Resolução sobre os apoios a conceder a esta significativa parcela do tecido empresarial.

Este tema não é claramente apenas mais um da dialéctica pública e parlamentar entre o Governo e a Oposição.

No cômputo geral, as micro, pequenas e médias empresas do nosso País representam 99% do nosso tecido económico, 57% do volume de negócios e mais de dois milhões de postos de trabalho. Destes, quase 1, 2 milhões de pessoas encontram-se afectas ao estrato das microempresas, independentemente de se tratar de projectos ligados ao sector primário, secundário ou terciário.

Quem segue o discurso oficial, parece que esta enorme parcela da nossa economia é irrelevante ou desprezável, à medida em que só ouvimos o

Governo centrar atenções nos Grandes Projectos, nas Grandes Empresas, nos Grandes Investimentos.

É, aliás, uma atitude coerente com a prática governativa mais centralista de que há memória, que viabiliza a exibição desta atitude de sobrançeria sobre este tipo de empresas, com a mesma facilidade com que se negligenciam os anseios das populações do interior do País ou das pequenas e médias urbes do litoral.

No filme do “Portugal Ideal”, do Plano Tecnológico, das Novas Tecnologias e dos projectos de vanguarda nos sectores de ponta, especialmente dirigidos à internacionalização da nossa economia, parece não haver espaço para as pequenas explorações agro-pecuárias, para os artesãos e pequenos industriais, para o comércio tradicional, para os serviços de proximidade da mais diversa natureza.

É certo e sabido, nenhum barbeiro ou proprietário de café traduz o novo paradigma de desenvolvimento de que o País carece, nenhum pode assegurar o ritmo de crescimento da actividade económica que todos ambicionamos e, muito menos, nenhum consegue assegurar a competitividade externa da nossa economia.

Todavia, alguém pode dizer como seria o nosso País sem esse tipo de actividades? Não é neste âmbito, mais do que em qualquer outro contexto, que melhor floresce o espírito empreendedor e a capacidade de criação de emprego que tanto se apregoa?

A aposta nas microempresas é, assim, um instrumento fundamental da política económica, mas também das políticas sociais e da política de desenvolvimento territorial.

Para tal, impõe-se que o Estado cumpra os seus prazos de pagamento, quer no quadro do seu normal aprovisionamento de bens e serviços, quer na esfera da liquidação dos pedidos de pagamento das candidaturas submetidas a fundos comunitários.

É totalmente inaceitável que se leia, como aconteceu recentemente, um responsável de um Programa Comunitário assegurar que os atrasos nos pagamentos de tais verbas se traduziam num contributo desse Programa para a redução do défice público no ano em apreço. A que custo?

Tanto mais que, em contrapartida, o Estado reage sem qualquer tipo de complacência em relação a este tipo de empresas através da máquina fiscal, assumindo-as como alvo preferencial e desencadeando mecanismos legais que rapidamente conduzem à sua extinção.

Bem pelo contrário, o Estado devia impulsionar a actividade e o aparecimento de empresas desta natureza, quer pelos apoios ao empreendedorismo (com infra-estruturas de apoio a esta franja do tecido empresarial), quer pela dinamização das iniciativas que lhes são dirigidas pelas Associações Empresariais, quer por acesso facilitado a crédito bonificado, a capital de risco e a mecanismos de garantia mútua, quer ainda por consultoria técnica especializada na sua fase de arranque e pelo incentivo à integração de quadros qualificados.

Para muitas destas vertentes, bastaria, de uma vez por todas, que o acesso aos Programas Comunitários fosse efectivamente facultado a este tipo de empresas, abrindo-lhes porta à afirmação da viabilidade e sustentação dos seus projectos.

Se olharmos, por exemplo, para a realidade do Distrito de Braga, rapidamente podemos identificar um vasto conjunto de actividades que poderiam beneficiar de uma maior abertura do Estado para este tipo de empresas: a componente artesanal em Vila Verde ou Barcelos, a Agricultura Biológica, a Filigrana na Póvoa de Lanhoso, o Turismo, os Serviços Sociais de Proximidade, a Cultura, o Comércio, etc..

Não o fazer é que será, por paradoxal que pareça, pensar muito pequenino... - - (*)Ricardo Rio, Economista, Vereador da Câmara e Presidente da CPS/PSD





As actividades profissionais e o regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

1. Introdução

a) Temos um ESTADO (quase) omnipresente na economia, quando (o Estado) deveria ter – e essa é a nossa opção de base – um papel REGULADOR e não tanto interventivo.

b) Paralelamente - e também por isso - exige-se o máximo rigor e máxima transparência nas regras das incompatibilidades e impedimentos, matéria nuclear da ética política.

c) Muito pode ser em última instância permitido, desde que haja TRANSPARÊNCIA.

d) Porque essa transparência é fundamental para elevar a CONFIANÇA DOS CIDADÃOS no poder político.

e) Devemos assegurar o exercício isento e independente de todos os mandatos, de forma a EVITAR PROMISCUIDADE ENTRE INTERESSE PÚBLICO E INTERESSES PRIVADOS.

f) TEMA EXTREMAMENTE IMPORTANTE DA VIDA DEMOCRÁTICA, QUE MERECE ESTAR EM PERMANENTE DISCUSSÃO EM SEDE PARLAMENTAR.

2 – MATÉRIAS QUE MERECEM REFLEXÃO

a) REGIME APLICÁVEL APÓS A CESSAÇÃO DE FUNÇÕES:

Hoje a única limitação que existe é a de os titulares de cargos políticos não poderem exercer, durante três anos, cargos em empresas privadas que prossigam actividades no sector por eles directamente tutelado e desde que, no período do respectivo mandato, tenham sido objecto de privatização ou que tenham sido objecto de operações de privatização ou que tenham beneficiado de incentivos financeiros ou de sistemas de incentivos e benefícios fiscais de natureza contratual.

a. Não fará sentido estender o regime ao exercício de cargos ou à prestação de serviços profissionais, nomeadamente de consultadoria, assessoria e patrocínio, a empresas públicas ou do sector empresarial do Estado que os titulares de cargos políticos tenham directamente tutelado?

b. Será adequado que, por exemplo, um Presidente de Câmara ou Vereador quando cesse funções possa exercer o cargo de administrador numa empresa municipal por ele anteriormente tutelada ou mesmo prestar serviços profissionais



ao município que anteriormente presidiu?

b) ACTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS LEGAIS EM VIGOR:

a. Fará sentido continuar-se a recorrer (questão já suscitada pelo PCP) na definição das incompatibilidades e impedimentos, ao conceito de sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicas, deixando de fora as sociedades em que o Estado, apesar de ter uma participação minoritária, exerce uma influência dominante, como são o caso de algumas grandes empresas portuguesas?

b. Não será de substituir o conceito de sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicas pelo de empresas públicas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro? (Dessa forma seriam abrangidas as “sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante em virtude de alguma das seguintes circunstâncias: a) detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto; b) direito de designar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização”).

c) CONFLITO DE INTERESSES:

a. Não será de ponderar a introdução de uma consequência jurídica, isto é, de uma sanção, para os casos de omissão de declaração da existência de conflito de interesses?

b. Ou a possibilidade de um

membro de um órgão colegial, por força dessa mesma declaração, poder suspender o seu mandato apenas e tão só para esse efeito específico?

c. O Estatuto dos Deputados impõe a obrigação de declarar a existência de conflito de interesses sempre que um Deputado tenha um interesse particular na matéria objecto dos trabalhos parlamentares em que participa, o que ocorre, designadamente, se existir possibilidade de, em consequência dos trabalhos parlamentares em que intervenha, haver alterações na sua esfera jurídica ou na dos seus familiares ou representados. Todavia, não prevê nenhuma consequência jurídica para a omissão desse dever legal.

d. Não será de prever uma forma de censura política da conduta? Advertência? Perda de parte da respectiva remuneração? Perda de mandato?

d) EXERCÍCIO DE PROFISSÕES LIBERAIS:

a. Não deve merecer reflexão a questão de não existir hoje qualquer incompatibilidade ou impedimento entre o exercício do mandato de Deputado e a prestação de serviços profissionais, designadamente de consultadoria, assessoria e patrocínio, a pessoas colectivas de direito público, como já existiu? (Tal incompatibilidade existiu, de facto, na Lei n.º 24/95, de 18 de Agosto, aprovada no chamado «Pacote da transparência», mas desapareceu em 2001).

b. Porque não estender este regime a outros titulares de cargos políticos, nomeadamente autarcas, sempre que se interponham interesses incompatíveis, como, por exemplo, os projectos de arquitectura ou de engenharia?

e) I M P E D I M E N T O S APLICÁVEIS A SOCIEDADES:

a. Fará sentido manter a sujeição ao mesmo regime a que se encontra vinculado um titular de um cargo político ou público para “os ascendentes e descendentes em qualquer grau e os colaterais até ao 2º grau...”, impedindo-os de participar em concursos públicos ou celebrar contratos com o Estado ou demais pessoas colectivas públicas?

F) CONTROLE PÚBLICO DA RIQUEZA DE TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS:

a. Não deverá merecer a nossa reflexão a extensão desse regime (Lei 4/83, de 2 de Abril) a outros titulares de órgãos com consagração constitucional

ou a titulares de funções ou actividades com influência ou interferência na relação entre representantes e representados?

G) INCONGRUÊNCIAS NA LEI N.º 45/2006, DE 25 DE AGOSTO:

Esta lei (que teve origem numa iniciativa apresentada pelo PS e que só entrará em vigor na próxima legislatura), veio introduzir, no Estatuto dos Deputados, alterações significativas em matéria de registo de interesses. Todavia, esqueceu-se de adequar ao novo regime a correspondente norma do regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (o artigo 7º-A da Lei n.º 64/93, de 26/08), havendo, assim, um desfazamento, que, porventura, importará ser corrigido.

3 - FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

1 – O PSD defende uma maior abertura ao financiamento privado (a actual lei do financiamento dos partidos consagra um modelo de financiamento predominantemente público).

Devemos repensar o modelo

a. Devem os partidos políticos viver quase exclusivamente à custa do Estado, como se fossem “repartições públicas”?

b. O Estado já paga tanta coisa, indevidamente, terá também de gastar milhões de euros para suportar os partidos, à custa dos contribuintes (para além de uma base mínima e razoável)?

c. O financiamento privado deve ser possível, desde que haja transparência.

d. Se houver transparência nas contas (porque não tornar público o relatório anual das contas dos partidos?), um rigoroso controlo destas (porque não pelo Tribunal de Contas ao invés do Tribunal Constitucional?) e sanções pesadíssimas para quem ocultar financiamentos, porque não admitir em Portugal um modelo semelhante, por exemplo, ao inglês?

PROPOSTA:

• Criação de uma comissão eventual para, no prazo de 90 dias, analisar e debater a matéria das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (bem como de todas as matérias referidas) bem como do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, e com competência para apreciar eventuais iniciativas legislativas nesse âmbito. - **Deputado Rui Gomes da Silva**

Continuam os protestos contra encerramentos de serviços na Saúde



O presidente da Câmara de Anadia, Litério Marques, voltou a participar, em Sangalhos, nos protestos contra o fecho de serviços de Saúde, desta vez no que respeita à consulta aberta do Centro de Saúde local.

Sem qualquer resposta da nova ministra da Saúde aos ofícios que lhe endereçou, Litério Marques, que se havia demarcado dos protestos para dar tempo à nova titular da pasta para se inteirar da situação, considera que o mês decorrido desde a posse de Ana Jorge é “tempo de sobra” para lhe responder.

Conforme explicou aos jornalistas, atendendo a que não obteve carta do Ministério da Saúde na volta do correio, decidiu escrever novamente, desta feita com conhecimento ao primeiro-ministro a dar conta do seu desagrado, e a marcar presença hoje em Sangalhos.

Litério Marques foi uma das cerca de duas centenas de pessoas que se concentraram à porta do Centro de Saúde, reclamando a reabertura da consulta aberta, criada em substituição do Serviço de Atendimento Permanente.

A própria consulta aberta foi suspensa no final de Dezembro, alegadamente com a explicação que os utentes passariam a ser atendidos no Hospital de Anadia, cuja “urgência” fechou também alguns dias depois, a 2 de Janeiro.

O Centro de Saúde de Sangalhos serve cerca de 17 mil utentes, que segundo João Morais, um dos organizadores do protesto de hoje, são na maioria pessoas idosas e carenciadas, sem dinheiro para custear os transportes.

“Só há uma carreira de manhã e outra à noite para servir as escolas e não dá para as pessoas irem ao médico, pelo que têm de ir de táxi, o que é incomportável”, explicou.

O encerramento do serviço de

urgência do Hospital de Anadia foi também hoje objecto de um requerimento endereçado à ministra da Saúde pelo deputado José Manuel Ribeiro, do PSD.

Aquele parlamentar, que no último fim-de-semana marcou presença no “buzinho” de protesto em Anadia, já havia anunciado, em declarações à Agência Lusa, a intenção de pedir esclarecimentos ao Governo esta semana.

No requerimento hoje entregue na Assembleia da República, José Manuel Ribeiro solicita à ministra da Saúde que esclareça se pensa reavaliar o encerramento da urgência de Anadia,

e o motivo porque não deu resposta aos ofícios da autarquia.

No texto, estranha que tenha sido ainda Correia de Campos a assinar o despacho da rede de urgência, em que Anadia não figura em nenhuma tipologia, publicado quinta-feira em Diário da República, já com a nova ministra.

José Manuel Ribeiro, considera que “aconselharia o bom senso que a nova titular suspendesse a publicação do diploma, cumprindo o que disse logo após a tomada de posse, quando afirmou que, em alguns casos, nos quais se pode incluir Anadia, se iria

proceder a uma reavaliação”.

“Tudo isto toma contornos ainda mais estranhos, quando Ana Jorge, actual ministra da Saúde, numa sessão ordinária da Assembleia Municipal da Lourinhã, declarou que considerava um erro o encerramento de urgências sem estarem implementadas no terreno alternativas válidas, que foi o que sucedeu em Anadia”, comenta.

José Manuel Ribeiro questiona ainda “qual o motivo que leva o Governo a não ter ainda respondido aos vários ofícios da Câmara Municipal de Anadia”.

– Fonte: Lusa

Notícias da Guarda

Distrital reivindica plano de investimento

O PSD da Guarda reivindicou hoje do Governo socialista a aplicação de um plano de investimentos para o distrito, com o objectivo de inverter o esvaziamento demográfico da região.

“Tem que haver um conjunto de políticas concentradas que ditem um plano de investimentos transversais, complementares e em rede que salvem o interior da sua morte natural”, defendeu hoje o vice-presidente distrital do PSD da Guarda, António Edmundo.

O dirigente social-democrata, que também é presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, falava numa conferência de imprensa promovida pela comissão política distrital do PSD - Guarda, liderada por Álvaro Amaro, no dia em que se iniciaram, na Guarda, as Jornadas Parlamentares do PS.

Segundo António Edmundo a ideia passaria pela aplicação de uma espécie de “Plano Marchal” [plano de ajuda dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa, criado pelo Presidente Roosevelt após a 2ª Guerra Mundial] ou pela criação de “uma zona franca” específica para a região da Guarda.

Em seu entender, o projecto deveria envolver “vários Ministérios” pois só assim “poderíamos ver a viabilidade de muitos pequenos projectos”.

Considerando que só com medidas de discriminação positiva é possível inverter o esvaziamento demográfico do distrito “requere-se



do Governo, nos 25 por cento de tempo de mandato que lhe resta, que dê verdadeiros sinais de pretender ajudar a região, não mais podendo continuar a assobiar para o lado aos problemas que lhe são apresentados pelas associações empresariais, autarcas e outros agentes”, disse.

O vice-presidente do PSD da Guarda sugeriu que, para além da criação de benefícios fiscais dirigidos ao interior, o Governo lance “projectos de investimento público que possam alavancar o investimento privado”.

“A redução de IRC por si só, já não é suficiente para inverter o estado das coisas, como o comprovam as estatísticas da qualidade de vida e do rendimento dos residentes” no interior do país, disse.

“Descentralizem-se serviços, democratizem-se investimentos públicos e acarinhem-se investimentos privados”, desafiou António Edmundo, considerando que a região “vive uma situação muito complicada” ao nível do comércio e da

deslocalização do consumo para Espanha, onde os impostos são mais baixos que em Portugal.

O líder distrital do PSD da Guarda, Álvaro Amaro, também presente no encontro com os jornalistas, assegurou que a ser posto em prática, o plano sugerido pelo seu partido, não seria chamado “plano Sócrates” pelas “más” políticas que têm sido aplicadas.

“Como chefe do Governo será bom que se preocupe com a situação social do país, com o encerramento incontornável das empresas e o crescimento progressivo do desemprego”, observou o dirigente.

O secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates, estará na quarta-feira na Guarda no encerramento das jornadas parlamentares, considerando Álvaro Amaro, que também é presidente da Câmara de Gouveia, que nesta sua deslocação, “deveria clarificar o que pensa sobre a partidização da vida pública”.

Em seu entender, deveria dizer “por exemplo, o que pensa da afirmação do deputado Fernando Cabral, segundo a qual, Gouveia já teria, há muito, o seu Centro de Saúde a funcionar se a Câmara fosse presidida pelo PS?”.

“E o que dizer do silêncio que paira sobre os anúncios do ex-ministro da Saúde em relação ao Hospital da Guarda?”, questiona também Álvaro Amaro.

Adiantou que em relação ao projecto de requalificação do hospital “o que se conhece são os atrasos à medida do calendário eleitoral e, isso sim, os sentimentos de apreensão dos profissionais de saúde”. – PSD/Guarda

Notícias da Figueira da Foz

Lídio Lopes é o novo Presidente da CPS

O vereador social-democrata da autarquia da Figueira da Foz, Lídio Lopes, venceu sábado as eleições para a concelhia local do PSD, derrotando o deputado municipal João Russo por 131 votos.

A lista encabeçada por Lídio Lopes recolheu 498 votos contra 367 de João Russo, tendo-se registado ainda 17 votos brancos e 07 nulos.

Dos 1459 militantes inscritos, votaram 889 (60,9 por cento), a maior votação de sempre em eleições para o PSD da Figueira da Foz, garantiu à Lusa fonte partidária.

“Os militantes da secção da Figueira da Foz mostraram hoje que são adultos e que o que se passou [nas eleições anuladas] faz parte do passado” disse aos jornalistas presidente do Conselho de Jurisdição Distrital (CJD) do PSD, Fernando Pedro Batista, ao anunciar os resultados ao início da madrugada de hoje.

O responsável do CJD frisou que o acto eleitoral decorreu “com transparência e serenidade” e que os militantes da Figueira da Foz mostraram “credibilidade”.

Sábado, os militantes acabaram por ir às após um confronto político que opôs Lídio Lopes a João Russo, e depois de Pereira Coelho ter anunciado estar indisponível para se candidatar. – **Lusa, foto Arquivo PL**

Deputado do PSD defende intervenção prioritária de salvaguarda dos valores naturais da Lagoa da Vela,

O deputado do PSD pelo círculo de Coimbra, Miguel Almeida, defendeu uma intervenção prioritária



de salvaguarda dos valores naturais da Lagoa da Vela, Figueira da Foz, tendo oficiado o Ministério do Ambiente nesse sentido.

Em requerimento parlamentar enviado ao Ministro do Ambiente, Miguel Almeida pretende conhecer quais as intervenções, montantes de investimentos e respectiva calendarização que o Governo se propõe realizar para a salvaguarda da Lagoa da Vela.

“A intervenção é prioritária, evidentemente. Se nada for feito a Lagoa, como a conhecemos, acaba” disse à agência Lusa o deputado social-democrata.

E acrescentou: “Não sou só eu que acho a intervenção prioritária, pelos vistos o Ministério do Ambiente também acha, mas ninguém faz nada e é preciso resolver o assunto”.

No documento enviado à tutela, Miguel Almeida frisa que a lagoa, com

67 hectares e uma das maiores da região centro, situada na freguesia do Bom Sucesso, no norte do concelho da Figueira da Foz, “tem vindo a ser votada a uma progressiva degradação da sua qualidade”.

Diz ainda existir “uma persistente ausência de projectos de ordenamento, de defesa dos habitats e dos componentes ambientais em geral”.

O deputado lembra que em Julho de 2006 convidou o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), a visitar o local, acompanhado de autarcas da região, no intuito de vir a ser elaborado um plano conjunto que permitisse uma intervenção no local.

Miguel Almeida sustenta que o presidente da CCDRC recusou o convite, argumentando, na altura, que aquela entidade se encontrava “a

desenvolver trabalhos” para incluir a protecção daquele património natural no âmbito do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) para a Região Centro.

Quatro meses depois, em Dezembro de 2006, após a aprovação do regulamento do QREN, em requerimento enviado ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) o deputado pretendeu ser esclarecido sobre a intervenção programada pelo Governo para a Lagoa da Vela.

Na resposta, sustenta, a tutela “assumia que a Lagoa da Vela se encontrava em progressivo estado de assoreamento, apresentando sinais de eutrofização provocados pela actividade agrícola existente na margem nascente e seria aconselhável que a sua envolvente marginal fosse genericamente requalificada e adaptada a um modelo de utilização sustentável”.

Segundo o parlamentar social-democrata, aludindo a um levantamento topo-hidrográfico realizado pela autarquia da Figueira da Foz no local, o MAOTDR sublinhava “o estado de assoreamento da massa de água, podendo mesmo evoluir nos próximos anos para uma redução significativa da zona húmida, com impactes muito expressivos, ao nível ecológico, paisagístico e social” e anunciava que a requalificação teria de ser candidata ao QREN.

No requerimento agora enviado ao ministro Nunes Correia, Miguel Almeida frisa que estando já aprovados os Regulamentos Específicos do Programa Operacional Regional do Centro, nomeadamente um relacionado com acções de valorização e qualificação ambiental, “estão reunidas as condições necessárias para o início da requalificação e valorização” da Lagoa da Vela. – **Gab, PSD/Figueira**



Nuno Matias eleito Presidente da CPS/PSD local

(Rectificação de um erro)

Na nossa última edição, publicamos esta notícia na página da JSD, ficando assim confundidos os cargos de Nuno Matias na JSD de Setúbal, de que é Presidente da CPD e em Almada, onde acaba de vencer sem oposição, as eleições para os órgãos concelhios do PSD. Aqui fica a rectificação, pedimos desculpa aquele nosso companheiro e republicamos a notícia, desta vez no seu sítio próprio

No Sábado, dia 16, os militantes do PSD do concelho de Almada elegeram os novos órgãos concelhios. Tendo sido apresentada apenas uma lista concorrente, que é encabeçada pelo actual Presidente da Distrital de Setúbal da JSD (e Conselheiro Nacional do PSD) NUNO MATIAS, esta será a equipa que conduzirá o processo eleitoral em 2009.

Como refere Nuno Matias, futuro Presidente do PSD/Almada, "este é um projecto de mudança profunda na organização, na motivação e na mobilização interna, com o objectivo claro de tornar o PSD num partido com clara capacidade de Ouvir, debater e Representar cada Almadense". Porque, "o PSD vai-se afirmar como a mais clara alternativa de poder à actual, e desgastada, maioria comunista, e para que o consiga tem que conseguir comunicar com os Almadenses, para passarmos a ser o Partido que lidera na capacidade de apresentar propostas e de respeitar os Almadenses, algo que o executivo camarário claramente não faz".

O Objectivo é muito claro, como refere Nuno Matias, "o PSD lançará um ciclo de conferência intitulado PENSAR ALMADA, e começará a apresentar dossier's temáticos e estratégicos para a construção de um verdadeiro modelo de crescimento e desenvolvimento sustentado no concelho, para com isso conseguirmos, o mais tardar em 2013, tornar o Partido Social Democrata o partido mais votado em Almada"

"Porque Almada está cansada da propaganda da Autarquia, das obras de fachada e da tentativa de esconder a pobreza extrema que existe, da crescente insegurança, da falta de capacidade para atrair investimento para o concelho, do caos urbanístico que foi criado pela maioria comunista, do caos no trânsito provocado por opções erradas na implantação do Plano de Acessibilidades 21", conclui Nuno Matias.

Deste modo, a nova Comissão Política do PSD/Almada será

presidida por Nuno Matias, que é acompanhado por Armando Barata e Ana Moura como Vice-Presidente, Luís Tavares como tesoureiro, e como vogais Hugo Vieira da Luz, Miguel Cardina, Bruno Ribeiro, Maria João Silva, Hugo Braz, Luís Salgueiro, Joaquim Barros, Carlos Francisco, Neuza Alves Salgueiro, Carlos Jorge Santos, Fernando Soares e Henrique Ferreira. Na Mesa do Plenário de Militantes estará a presidir Pedro Roque (candidato à Câmara Municipal de Almada em 2005), António Salgueiro como vice-Presidente e Maria José Tereso, como Secretária. – JSD/Setúbal



Notícias da Madeira

Deputado Gabriel Drumond insiste na transferência, para o património da Madeira, de vários imóveis e espólio documental

O deputado do PSD/M Gabriel Drumond sustenta ser "um ultraje cada vez mais insuportável" o Estado português persistir em recusar a transferência para o património da Madeira de vários imóveis e espólio documental.

A transferência da tutela das Fortalezas de São Lourenço (residência oficial do Representante da República) e do Pico de São João e o espólio documental guardado na Torre do Tombo, são o objecto da moção que Gabriel Drumond vai apresentar no XII Congresso Regional do PSD/Madeira que se realiza a 04 e 05 de Abril.

O projecto hoje divulgado no Funchal, tendo Gabriel Drumond como principal proponente, diz que esta é uma "causa considerada inadmissível", criticando ainda a "prepotência do Estado, expressa na ridícula recusa da exposição nesses edifícios da bandeira da Madeira, o que é mais uma violação da lei que obriga a hastear os símbolos regionais em todos os edifícios públicos da região ou da República".

"Confundir o exercício democrático da soberania com a posse de dois imóveis, em termos que levam à crescente antipatia democrática para com quem de tal forma procede, não passa de uma maneira inculta, saloia e caricata de conceber o Estado", salienta um dos parágrafos do documento.

Acrescenta ser "uma ofensa propositada à dignidade do povo madeirense" a recusa em transferir o espólio que está na Torre do Tombo, que considera dizer "exclusivamente respeito à história da Madeira", próprias de "mentalidades atávicas e saudosas do império perdido".

Sustenta que "devolver ao povo madeirense as fortalezas do Pico de São João e São Lourenço significa reconhecer as liberdades legítimas de um povo vítima de ostracismo de tantos séculos, simboliza a afirmação de Portugal enquanto estado de direito democrático perante o mundo e as instituições internacionais e revela que a República Portuguesa não faz da autonomia um disfarce hipócrita".

"O povo madeirense é mais do que um Estado, mais do que um território", sustenta, realçando que "um povo orgulhoso de si próprio não pode conformar-se com quem subtraia despidoradamente ao seu património o que é seu por legítimo direito".

Depois da moção de estratégia geral do líder do PSD/M, Alberto João Jardim, "Vencer 2011", este é o primeiro projecto de um militante do partido que será apresentado em congresso a ser divulgado no Funchal. – Gab. Imp. PSD/M



Notícias de Cascais

Obra do Hospital de Cascais já começou Primeira pedra lançada dia 25 de Fevereiro

Com uma duração prevista de 24 meses, a obra do novo hospital de Cascais já começou a tomar forma com o avanço das máquinas para o terreno. Após seis anos a travar diversas “batalhas” por este dia, António Capucho, presidente da Câmara Municipal de Cascais, considera que 25 de Fevereiro de 2008 foi um dos dias mais gratificantes da sua carreira autárquica.

António Capucho, com as entidades oficiais presentes, e o representante do agrupamento HPP/



Teixeira Duarte, depuseram juntos a primeira pedra do novo complexo, que se torna na primeira parceria público-privada hospitalar do país a sair do papel, cujo modelo assenta num contrato de gestão celebrado com duas entidades gestoras: uma para o estabelecimento hospitalar, responsável pela prestação de cuidados de saúde, e outra para o edifício hospitalar, responsável pela construção, financiamento, conservação e exploração do novo edifício hospitalar.

O contrato de gestão é de 30 anos, para o edifício hospitalar, e de 10 anos

para a prestação de cuidados de saúde, renováveis até ao prazo máximo de 30 anos.

O novo Hospital de Cascais situa-se no terreno denominado “Baterias Militares de Alcabideche”, acrescido de parcelas de terreno disponibilizadas pela Câmara Municipal de Cascais, totalizando uma área de implantação de cerca de 83.000m².

O edifício terá seis pisos e, no exterior, serão criados à superfície vários parques de estacionamento, num total de 864 lugares, incluindo 22 destinados ao Serviço de Urgência.

Ao serviço de uma população estimada em 250.000 habitantes, o Hospital de Cascais terá capacidade para 235.000 consultas anuais, disponibilizando médicos especialistas em Cardiologia, Dermatologia, Gastrenterologia, Medicina Interna, Neurologia, Pediatria, Pneumologia e Psiquiatria. Além disso, disporá de Urgência Médico Cirúrgica dividida em Urgência Geral, Urgência Pediátrica e Urgência Obstétrica, e especialidades cirúrgicas como: Cirurgia Geral, Ginecologia / Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Urologia.

O novo hospital terá também serviço de Diagnóstico e Terapêutica, que contempla Anatomia Patológica, Anestesiologia, Patologia Clínica, Radiodiagnóstico, Imuno-hemoterapia e Medicina Física e de Reabilitação.

Além da população de todo o concelho de Cascais, o novo hospital irá servir na área materno-infantil também oito freguesias do concelho de Sintra.



Espólio do Museu Castro Guimarães enriquecido com pintura de João Vaz

A obra “Praia do Tamariz”, da autoria do pintor naturalista João Vaz (1859-1931) é a mais recente aquisição para valorização do espólio do Museu Conde de Castro Guimarães, em Cascais.

Originalmente dedicada pelo autor ao professor Rogério d’Andrade, seu colaborador no ensino da Escola Afonso Domingues, a pintura a óleo sobre painel de madeira, “Praia do Tamariz” retrata um dos ícones da paisagem do concelho, não se conhecendo nenhuma outra pintura do autor sobre o tema. A esta característica de excepcionalidade junta-se o facto de o acervo do Museu

Conde de Castro Guimarães possuir duas pinturas do mesmo autor, pelo que o alargamento da coleção confere a este núcleo – que constitui, aliás, um dos maiores atractivos do Museu – um carácter mais afirmativo e valioso.

João José Vaz foi professor e um dos mais destacados pintores naturalistas portugueses. Entre 1872-78 frequentou e concluiu estudos na Academia das Belas-Artes de Lisboa tendo por mestre Silva Porto. A sua primeira exposição de pintura teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881.

Integrou o Grupo do Leão, formado em 1881 por António Ramalho, João Vaz, José Malhoa, Silva Porto, Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro, entre outros, para abrir caminho para a eclosão do naturalismo em Portugal. – Gab. Press. CM C

Notícias de Aveiro

Assinalado o Dia Internacional da Protecção Civil

A Câmara Municipal de Aveiro e o Grupo Portucel Soporcel assinalaram hoje, dia 1 de Março, o Dia Internacional da Protecção Civil com a realização de uma acção de simulacro de acidente industrial grave “ocorrido” nas instalações da Fábrica de Cacia, tendo testado, com sucesso, o plano de emergência do Município de Aveiro e o plano interno de emergência da unidade local do Grupo Portucel Soporcel.

Esta acção permitiu afinar a coordenação entre as entidades envolvidas, contribuindo, desta forma,

para aumentar os níveis de segurança da comunidade, nomeadamente na área envolvente à Fábrica de Cacia.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, com o Pelouro da Protecção Civil, Carlos Santos, agradeceu o empenho de todos os participantes nesta acção de prevenção e segurança, tendo sublinhado “a importância destas iniciativas, pois os simulacros são a forma ideal para verificar se os procedimentos internos, as comunicações e os equipamentos estão preparados para uma

emergência”.

Por seu lado, o Director da Fábrica de Cacia, José Nordeste, salientou “a forma muito positiva como decorreu o simulacro” e reafirmou “o compromisso do grupo Portucel Soporcel continuar a investir numa estratégia de prevenção e segurança que garanta a protecção das pessoas e do meio ambiente no quadro da sua política de responsabilidade social”.

O sinistro simulado, do qual “resultaram” cinco pessoas queimadas e duas intoxicadas, consistiu num

incêndio de grandes proporções que lavrou no parque exterior de biomassa e no armazém exterior de biomassa da fábrica, tendo permitido ao Grupo Portucel Soporcel avaliar a eficácia do seu plano de emergência interno no ataque a uma situação grave de incêndio, bem como no controlo ambiental associado a sinistros desta natureza, especialmente através da identificação, segregação e destino dos resíduos sólidos e das águas resultantes do combate ao sinistro.

Saliente-se que as águas resultantes

do combate ao incêndio foram circunscritas dentro da rede existente, tendo sido bombeadas para o tratamento primário de efluentes e daí para a bacia de emergência do tratamento secundário, seguindo depois para a SIMRIA (Saneamento dos Municípios da Ria, SA), após o devido tratamento.

A biomassa cuja combustão não foi completa, foi segregada e ficará exposta para libertação da água e, posteriormente, será misturada com a outra biomassa para se proceder à sua queima para produção de energia e as cinzas depositadas em aterro.

Experiência a aprofundar

Por seu turno, o Município de Aveiro teve a oportunidade de aferir o grau de prontidão da resposta prevista no seu plano de emergência, testando a capacidade do Serviço Municipal de Protecção Civil para coordenar a sua intervenção com todas as autoridades

e entidades envolvidas, como a Autoridade Nacional de Protecção Civil; Junta de Freguesia de Cacia; GNR; Grupo Portucel Soporcel; CPK; Bombeiros Voluntários Guilherme Gomes Fernandes (Novos) de Aveiro; Bombeiros Velhos de Aveiro; e Corpo Privativo de Bombeiros do Grupo Portucel Soporcel (Fábrica de Cacia).

O simulacro, que decorreu de forma muito próxima de uma situação real, cumpriu todos os objectivos previstos e confirmou um excelente nível de coordenação entre as mais de 120 pessoas envolvidas na resposta ao sinistro, tendo permitido que os “sinistrados” fossem socorridos de forma expedita e de acordo com o planeado, tendo sido rapidamente evacuados para o Hospital graças ao perfeito funcionamento dos corredores de emergência abertos pela GNR.

A Câmara Municipal de Aveiro e o Grupo Portucel Soporcel concluíram, no final do simulacro, realizado entre as 15h00 e as 16h00,

que a acção foi de grande utilidade para todas as partes envolvidas, tendo decidido recomendar outros simulacros, envolvendo outros cenários e mais entidades.

Abertas inscrições para a Mostra “Arte Jovem” que se vai realizar de 16 a 18 de Maio de 2008, no Rossio.

No âmbito das comemorações do VIII Aniversário da Casa Municipal da Juventude de Aveiro que vão decorrer de 16 a 24 de Maio, a Casa da Juventude pretende promover diversas iniciativas de cariz artístico, desportivo e recreativo, destinadas ao público juvenil, abrangendo diferentes áreas tais como dança, artes plásticas, cinema, multimédia e desporto, através da realização de espectáculos, mostras, workshops e debates.

Neste sentido, surge integrado no programa das comemorações do VIII Aniversário da Casa Municipal da

Juventude de Aveiro, a Mostra “Arte Jovem” que consiste numa exposição de trabalhos artesanais elaborados por jovens com idade igual ou inferior a 35 anos, que estará patente de 16 a 18 de Maio, no Rossio, das 11.00 às 23.00 horas, excepto no dia 16 que será a partir das 18.00, momento da inauguração, às 23.00 horas; e no dia 18 que encerrará às 18.00.

A Câmara Municipal de Aveiro aceita inscrições individuais ou colectivas (escolas, IPSS, associações e grupos informais) de jovens que pretendam promover e divulgar os seus trabalhos.

As inscrições são limitadas e estão abertas até ao próximo dia 20 de Março, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas, sita na Rua Eng.º Silvério P. Silva, em Aveiro. Os interessados em participar poderão contactar a Casa Municipal da Juventude através do telefone 234 406 522 ou e-mail cmjuventude@cm-aveiro.pt - **CM Aveiro**

Notícias de Ovar

O apelo da Lavoura

Do nosso correspondente em Ovar, Álvaro Santos (*)

Dezenas de lavradores estiveram presentes numa reunião da Câmara Municipal de Ovar onde lançaram um apelo às autoridades para os problemas que afectam, actualmente, o sector agrícola.

Esta “manifestação pacífica” foi promovida pela Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro e destinou-se, também, a pedir explicações sobre o processo de licenciamento das explorações de produção de leite, vulgarmente, designadas de “vacarias”.

No Concelho de Ovar, existem 123 explorações em plena actividade na produção de leite de vaca, que concentram mais de 5.000 cabeças de gado e envolvem cerca de 700 empregos directos.

A quota leiteira atribuída para produção anual atinge os 23,2 milhões de litros de leite, o que representa um valor económico de 6,7 milhões de euros por ano.

Estes números permitem ter uma ideia mais sustentada da importância e representatividade que esta actividade agrícola possui no concelho de Ovar.

Mas apesar de tudo isto, os agricultores debatem-se com problemas de vária ordem. Um desses problemas prende-se com o licenciamento municipal das explorações agrícolas.

Resumidamente, o que se passa é que em 2005 foi publicado um Decreto-Lei (D.L. 202/2005, de 24 de Novembro) que passou a estabelecer novas regras para o processo de licenciamento das vacarias que deverá ficar concluído até ao final do corrente ano.

Contudo, e dois anos depois da sua entrada em vigor, “alguém” se esqueceu de aplicar o artigo 23º do referido diploma, que diz expressamente que “o licenciamento das explorações bovinas já existentes à data de entrada em vigor do presente decreto-lei não está dependente do cumprimento das normas relativas aos planos directores municipais, bem como da existência de licença de utilização das instalações”.

Como facilmente decorre da interpretação deste artigo, a esmagadora maioria das explorações agrícolas no concelho de Ovar não carece de cumprir nenhum dos requisitos legais para obter esse licenciamento, uma vez que as respectivas instalações foram criadas antes da entrada em vigor do referido diploma.

Assim sendo, pergunto, para quê criar problemas onde eles não existem?

Porque é que, segundo veio a público e durante dois anos, a autarquia não tem licenciado as explorações agrícolas já existentes, mesmo sabendo que estão dispensadas desse procedimento perante a lei?

E, já agora, porque é que se exige o cumprimento de todas as normas ambientais quando a grande maioria das explorações agrícolas nem sequer está servida por um sistema público de saneamento básico?

O esforço e o suor dos agricultores do concelho de Ovar merecem um pouco mais de respeito e consideração.

Vereadores do PSD propõem parceria público-privada para construção de estacionamento no centro da cidade de Ovar

Os vereadores do PSD efectuaram, recentemente, uma visita a um terreno abandonado que se encontra em ruínas, mesmo em frente à Câmara Municipal de Ovar.

Para os autarcas social-democratas, aquele espaço poderia ser aproveitado para a construção de um parque de estacionamento, que tanta falta faz no centro da cidade de Ovar.

Assim, como o terreno é de privados, os vereadores do PSD sugerem que a solução para o aproveitamento daquela área passe por uma parceria público-privada, entre a Câmara Municipal e os proprietários do terreno, de modo a beneficiar toda a comunidade e a resolver, ou minimizar, muitas das complicações de trânsito a que se assiste, actualmente, no coração da cidade de Ovar. - (*) *Engenheiro Civil, Mestre em Planeamento do Território, Presidente da CPS/PSD-Ovar*



Notícias de Santarém

Distrital de Santarém contesta o “desmembramento do turismo ligado a Fátima”

A Distrital de Santarém do PSD contesta o “desmembramento do turismo ligado a Fátima”, contido na nova lei sobre as regiões de turismo que extingue a Região de Turismo Leiria-Fátima, integrando-a na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Em comunicado, o PSD distrital acusa o Governo de “incapacidade” para “entender a realidade turística desta região” e de “falta de sensibilidade e de receptividade para compreender a existência de um produto turístico” que “é reconhecido além-fronteiras”.

Os sociais-democratas condenam a criação das cinco regiões com potencial turístico (Douro, Litoral Alentejano, Alqueva, Oeste e Serra da Estrela), que ficam assim de fora da decisão de fazer coincidir as regiões de turismo com o território das Nomenclaturas de Unidade Territorial (NUTs II), considerando que foram “feitas à medida dos interesses políticos do Partido Socialista”.

Para o PSD do distrito de Santarém, ao anunciar a redução do número de entidades regionais de turismo (ART) de 19 para cinco, mas criando 10, todas com idêntico estatuto de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a que se podem acrescentar os estatutos especiais das Associações de Turismo de Lisboa e do Porto, “o Governo está a perturbar, de um só golpe, toda a organização turística regional”.

Por outro lado, critica a dependência em que estas estruturas são colocadas em relação ao Turismo de Portugal, considerando que se trata de uma “governamentalização absoluta das ART, transformadas em meras direcções regionais do Ministério da Economia”.

“O Governo pretende manter as regiões de turismo na mais absoluta indigência - de mão estendida - à generosidade orçamental que o Governo decida anual e casuisticamente conceder”, lê-se no comunicado.

O PSD afirma ainda que os municípios são “autenticamente humilhados” neste processo, desde logo porque a adesão “se faz sob coacção”, ou seja, “quem não entrar fica excluído do acesso aos fundos nacionais para a área do turismo”.

O PSD acusa ainda o Governo de “afrontar os limites da inconstitucionalidade” ao não ser garantida a paridade entre autarquias, poder central e sector privado nas assembleias-gerais das novas estruturas. – **Fonte: CPD/Santarém-PSD**



Notícias do Algarve

Curso de Medicina continua “na gaveta” do Governo

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve deliberou exprimir um voto público de protesto contra o prolongado alheamento do Governo face a uma das mais ansiadas pretensões dos algarvios: a criação de um Curso de Medicina na Universidade do Algarve.

É absolutamente incompreensível que, segundo as palavras do próprio Reitor deste estabelecimento do Algarve, o processo do Curso de Medicina no Algarve tenha o parecer positivo da comissão de avaliação competente, e o Governo persista em travar o a aprovação do mesmo, permitindo que o mesmo seja uma realidade, com Hospital Central do Algarve ou não.

O PSD relembra que a Juventude Social-Democrata do Algarve



promoveu, já em 2006, a petição “Curso de Medicina já!”, que recolheu mais de 9500 assinaturas, só na Região. Esta iniciativa, a que se juntaram posteriormente as moções sobre esta matéria, aprovadas nas Assembleias Municipais de diversos municípios algarvios, visavam sensibilizar o

Governo para, no decurso desta legislatura, criar o Curso de Medicina na Universidade do Algarve.

Aquando da entrega da referida petição na Assembleia da República, é de referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi o único que, para além de não ter recebido a JSD/Algarve, não respondeu ao pedido de audiência enviado por esta juventude partidária em carta registada,

demonstrando assim um perverso acto de autismo e sobrançeria política, o que sublinha o desprezo do PS pela vontade manifestada pelos milhares de algarvios que pugnam por esta causa.

A potencialidade turística internacional que tantos impactos

positivos induz na economia nacional, justifica a aposta num serviço de Saúde de qualidade que, além da exigência de um novo Hospital Central, impõe a existência de mais médicos face às necessidades de modernização da nossa precária rede hospitalar?

É aberrante a assimetria numérica de médicos por mil habitantes entre as regiões centrais e periféricas. Sendo que, em Lisboa, por exemplo, por cada 1000 habitantes há 5 médicos, ao passo que, no Algarve, para a mesma proporção, não se chega aos 2 médicos por 1000 habitantes. Sublinhe-se esta invulgar discrepância: Portugal tem uma média de 3,1 médicos por 1000 habitantes, a União Europeia tem 3,3 e o Algarve tem 1,9. Elucidativo!

Mais grave se torna esta divergência quando as estatísticas oficiais não agregam a população flutuante. Se o fizessem, o Algarve, no contexto da União Europeia, ocuparia um

vergonhoso lugar na tabela.

Neste sentido, a Comissão Política Distrital Alargada do PSD/Algarve aprovou um voto de protesto, considerando inqualificável a forma como o Governo se tem debruçado sobre esta matéria, adiando sucessivamente a criação deste importante curso na região, a que se junta o silêncio e a passividade incompreensível dos deputados socialistas algarvios e demais responsáveis políticos do PS que, no seu manifesto eleitoral tanto enfatizaram a importância da criação do Curso de Medicina no Algarve.

É este o “Estado da Região” a que a governação socialista nos tem conduzido. Muita propaganda, recortes de passeatas de ministros e secretários de estado ao Algarve, muita parra, e uva nenhuma. Investimentos nulos. Decisões relevantes congeladas.
- CPD/PSD-Algarve

PSD/Algarve denuncia campanha contra Menezes

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, reunida para análise da situação política nacional, decidiu tornar públicas as seguintes posições, adoptadas por unanimidade:

1- Existe uma gigantesca campanha de assassinato político em curso contra o líder do PSD, Luis Filipe Menezes, desde o primeiro momento após a sua eleição, mas com maior intensidade desde o início de 2008, que mobiliza todo o complexo político-mediático onde se faz sentir a influência do poder tentacular do governo socialista, com outros aliados conjunturais na estrutura do Estado e no poder económico, que fazem recordar cenas de 2004, com a diferença de, não sendo agora necessária a dissolução da Assembleia da República, também não é possível a dissolução do PSD.

2- Tal campanha conta com a vergonhosa cumplicidade e conivência activa de um conjunto de protagonistas, cujo nome ainda figura na listagem de militantes do PSD, e que nas tribunas de opinião que generosa e não inocentemente lhes são atribuídas na comunicação social portuguesa, não se coíbem de exibir com despudor as suas críticas à liderança do PSD, ultrapassando todas as regras mais elementares do respeito pela dignidade política e pessoal de Luis Filipe Menezes, e pelos interesses do próprio Partido que lhes dá notoriedade.

3- Tais protagonistas, cuja representatividade junto dos militantes do Partido é inversamente proporcional ao espaço de que usufruem na comunicação social, estão objectivamente a desrespeitar a vontade das bases do PSD, expressa de forma categórica nas últimas eleições de 28 de Setembro de 2007, a mais participada eleição de sempre de um líder partidário em Portugal.

4- Luis Filipe Menezes é, de facto, uma ameaça para os adeptos do Bloco Central dos interesses, da alta política

dos mega-negócios do centralismo, é o líder que veio da província e do meio do povo, quebrar a santidade imaculada das pseudo-elites que não se conformam com a perda de controlo do PSD, regressado às suas origens de ligação directa com as populações. Por isso, decidiram abatê-lo politicamente, o mais rapidamente possível.

5- O PSD/Algarve, exorta todas as estruturas de base do PSD a reagir contra esta tentativa de assalto ao poder legítimo do Partido, e transmitir o seu desagrado a esta brigada auto-investida de juizes da credibilidade alheia. O PSD jamais aceitará ser comandado de fora para dentro!

6- O PSD/Algarve considera que desalojar a governação de José



Sócrates é possível e desejável, tal o estado a que chegou o país, mas isso exige de todos os verdadeiros social democratas um esforço de unidade partidária, em prol dos interesses nacionais que requerem mudança de rumo na governação.

7- O PSD/Algarve incentiva Luis Filipe Menezes a prosseguir o seu caminho de preparação do Partido para os desafios eleitorais de 2009, concretizando TODAS as propostas reformistas que sustentaram a sua campanha, e constituem hoje a estratégia sufragada no último Congresso do PSD, desprezando em absoluto o ruído de fundo, e concentrando-se na oposição a José Sócrates. – CPD/PSD-Algarve

Notícias do Porto

Presidente da distrital reafirma a necessidade de se valorizar o voluntariado no apoio social

O presidente da distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, defendeu a necessidade de se valorizar o voluntariado no apoio social, frisando que o combate à pobreza não compete apenas ao Estado, mas deve envolver toda a sociedade.

“Parece-me relevante um regime mais favorável ao voluntariado, que tem que ser valorizado, dignificado e reconhecido”, afirmou o responsável, defendendo que “sem voluntariado não é possível combater” a pobreza.

Marco António Costa, que estava acompanhado de dois deputados do PSD eleitos pelo Círculo Eleitoral do Porto, falava aos jornalistas durante uma visita ao Coração da Cidade, uma instituição de apoio social que funciona apenas com voluntários, que se tornou conhecida há sete anos na sequência de um diferendo com a Câmara do Porto.

O presidente do PSD/Porto, questionado pelos jornalistas, desvalorizou o facto de estar a visitar uma instituição que não tem boas relações com a Câmara do Porto, liderada pelo social-democrata Rui Rio.

“Não faço política numa lógica estritamente partidária, faço pelas minhas convicções”, afirmou Marco António, sustentando que “entrar em querelas não leva a lado nenhum”.

O Coração da Cidade, utiliza anualmente cerca de 100 toneladas de alimentos, distribuindo todos os



dias mais de três centenas de refeições a pessoas desfavorecidas.

Por outro lado, o fundo alimentar que criou recentemente já recebeu 1.430 pedidos de registo de pessoas que estão dispostas a prestar serviços em troca de um cabaz de alimentos.

“Vivemos apenas com apoios da sociedade civil”, afirmou Lassalette Fernandes, presidente desta instituição que gere mensalmente um orçamento de 20 mil euros.

As dificuldades que o Coração da Cidade afirma ter para reunir a quantidade de alimentos necessária para satisfazer todos os que ali acorrem serviu para o presidente do PSD/Porto lançar um apelo ao empenhamento da sociedade civil.

“Todos temos que ajudar, não chega o Estado. Não é só o Governo que pode resolver o problema, até porque há pessoas que fogem ao

controlo da segurança social”, salientou.

Nesse sentido, frisou que “o que está hoje em causa não é a pobreza clássica, mas a pobreza encoberta, de pessoas que já tiveram boas condições sociais e que escondem a sua actual situação”.

“Estamos a falar de pessoas que fogem à malha da segurança social”, disse.

Para tentar alterar o actual quadro, Marco António Costa defendeu a necessidade de se lançar uma campanha de informação institucional dirigida aos contribuintes, alertando-os que “podem preencher uma cláusula na declaração de IRS para destinar uma verba de apoio a instituições de solidariedade social”.

“A máquina fiscal pode ter um papel social mais activo”, defendeu.

JSD Lança Campanha sobre Trânsito e Caos na Cidade de Almada

A JSD de Almada colocou no sábado, sinais de trânsito provisórios nas principais artérias da cidade, alertando para um “caos de transitabilidade” que se vive como consequência das obras do Metro Sul do Tejo. A acção de rua, organizada pela Juventude Social-Democrata, irá reunir algumas dezenas de jovens militantes para “sensibilizar os almadenses para o caos que se está a instalar na cidade, que neste momento não é transitável para peões, pessoas com deficiência, transportes públicos e automóveis”, alertou o presidente da JSD almadense, David Campos.

A iniciativa decorreu no passado sábado, e desenrolou-se entre a Praça São João Batista e a rotunda dos bancos, locais situados na principal artéria da cidade, local de passagem de uma das linhas do Metro Sul do Tejo. “A ideia é colocar sinalização que a Câmara Municipal não coloca e fazer ver às pessoas de Almada que não podem circular da maneira que o faziam antes destas obras se iniciarem”. A JSD de Almada defende também que a cidade, “sendo tão urbana, deveria ter mais atenção à vida das pessoas e mais que tudo, ao corte das principais artérias, que deveria ter sido planeado de outra maneira”. Sensibilizar a autarquia, a empresa a quem foi adjudicada a obra e os almadenses é o principal objectivo da



iniciativa, a primeira de alerta para esta situação por parte do organismo.

A medida foi apoiada pela concelhia do PSD em Almada que, nesse sentido, apresentou na última Assembleia Municipal, decorrida na semana passada uma proposta de criação de um plano de

desenvolvimento integrado para o centro da cidade, que acabou por ser rejeitado pela maioria CDU.

“Este plano apelava ao bom senso de todos nós e nada tinha de político. Está aqui em causa a qualidade de vida das pessoas em Almada e os constrangimentos que têm sido trazidos pelas obras do Metro e que vão continuar depois dos trabalhos terminarem”, alertou o presidente da concelhia, Nuno Matias.

A circulação com uma via para cada lado na principal artéria da cidade e o corte de via ao trânsito automóvel em algumas zonas dessa artéria são as medidas que o PSD gostaria de ver alteradas “enquanto ainda é tempo”.

“Quem vive em Almada sabe perfeitamente que, neste momento, não há horas de ponta na cidade, o trânsito é caótico a qualquer momento do dia. E também sabemos que as artérias secundárias não têm capacidade para aguentar este nível de tráfego automóvel”,

acrescentou Nuno Matias. O presidente da concelhia do PSD criticou ainda o Plano de mobilidade — Acessibilidades 21 elaborado em 2002 pela autarquia, considerando que este mesmo “vai trazer uma série de constrangimentos. Criar um conceito de circulação multimodal integrando todos os meios de transporte, com predominância para o transporte colectivo e valorizar o espaço público, o ambiente e o comércio na cidade são os principais objectivos do plano.

Objectivos esses com os quais Nuno Matias considera que a Câmara não se está a reger. “Como é que vamos dinamizar o comércio local se não há estacionamento e espaços pedonais de circulação?”, questionou o deputado municipal. Assim, a luta pela qualidade de vida dos almadenses foi a principal medida que levou o PSD a aliar-se à iniciativa da JSD para combater “um movimento cada vez maior do centro para a periferia e a morte aos poucos da cidade”.





JSD/Açores

Propostas para integração num futuro programa de Governo do PSD

A Comissão Política Regional da JSD/Açores, reunida a 23 de Fevereiro de 2008, na cidade de Ponta Delgada, contando ainda com a presença de praticamente todos os presidentes das Comissões Políticas de Ilha da JSD/Açores, bem como vários presidentes das Comissões Políticas de Concelhia da JSD/São Miguel e ainda com os responsáveis pelos Gabinetes da JSD, deliberou e aprovou por unanimidade um documento para entregar ao PSD/Açores com propostas para serem integradas num futuro programa de Governo do PSD.

EDUCAÇÃO/ENSINO

O sistema educativo tem de se adaptar constantemente às necessidades da sociedade onde está inserido. A Educação e a Formação dos Jovens Açorianos são factores fundamentais para o desenvolvimento dos Açores.

Defendemos:

Criação de um Gabinete de Atendimento e Aconselhamento nas escolas onde seria obrigatório fazer uma triagem a todos os alunos antes de avançarem nos estudos, de modo a descobrirem a sua verdadeira vocação e ajudá-los a orientar o seu futuro escolar no ensino superior;

A introdução de novos conteúdos curriculares, criando e/ou aprofundando matérias como a História, a Geografia e a Cultura dos Açores;

A redução do número de alunos por turma, permitindo um ensino mais personalizado;

A avaliação pedagógica regular dos docentes visando a sua valorização e dignificação profissional e a melhoria de métodos de ensino;

A conciliação de interesses entre professores e o Estado, acabando com o permanente litígio que os separa com consequências negativas no bom aproveitamento escolar;

A formação periódica dos auxiliares de educação das escolas dos Açores;

O reforço da segurança nas escolas recorrendo, se necessário, a vigilância electrónica;

Melhorar e rentabilizar as instalações desportivas escolares, fomentando o desporto escolar numa abrangência para todos;

O tema de educação sexual deve ser um conteúdo curricular obrigatório a partir do 2º Ciclo do ensino básico – Formação Cívica;

A introdução de conteúdos curriculares de educação ambiental, num reforço do sentimento de protecção e preservação da natureza - Formação Cívica;

O reforço da acção social escolar que se deverá traduzir em apoio psicológico, pedagógico e de formação social, como forma de combater o insucesso e o abandono escolar;

A introdução de cursos técnico – profissionais destinados a alunos com dificuldades de aprendizagem e de motivação no ensino regular, vocacionado – os para áreas com saídas profissionais no mercado de emprego;

Um estudo aprofundado e maior divulgação dos cursos de ensino profissional, compatíveis com as necessidades do mercado de trabalho dos Açores;

Que sejam facultados à Universidade dos Açores – pilar fundamental no desenvolvimento da Autonomia dos Açores – os meios necessários ao prosseguimento do seu importante desempenho na investigação científica e na preparação e valorização dos nossos recursos humanos, implementando a abertura de novas áreas de formação com verdadeira orientação profissional;

Incentivar os jovens açorianos a apresentarem candidatura na sua Universidade – Universidade dos Açores, para de algum modo também os fixar nesta Região;

Que haja um limite de vagas nos cursos para os candidatos em regime “maiores de 23 anos”.

NOVAS TECNOLOGIAS

É necessário investir efectivamente na formação de recursos humanos na área das tecnologias de informação como, importante contributo para a competitividade e criação de emprego, combatendo, assim, a info – exclusão.

Defendemos:

Uma maior divulgação dos cursos tecnológicos/profissionais inovadores na Região;

A abertura de novos cursos tecnológicos/profissionais nas mais diversas áreas da formação;

A promoção de uma exposição/concurso anual de novos projectos inovadores entre todas as escolas profissionais do arquipélago;

O incentivo aos jovens na criação de empresas que tenham como base a utilização de novas tecnologias;

A divulgação do ensino pela Internet, permitindo o prosseguimento dos estudos a quantos o não possam fazer presencialmente nas escolas;

O incentivo à difusão do “e-learning” na Região, possibilitando o acesso a determinados conteúdos formativos em várias das nossas ilhas, ultrapassando a barreira da nossa descontinuidade territorial;

A instalação de postos/clubes de informática com acesso à Internet em cada uma das nossas freguesias, que poderiam funcionar nas Juntas de Freguesia, Casas do Povo ou em associações sócio – recreativas e culturais;

A instalação em vários edifícios públicos – bibliotecas, auditórios, Câmaras Municipais, salas de reuniões, centros multimédia, etc – de Internet Gratuita, via “Rede Sem Fios”.

TOXICODEPENDENCIAS

Defendemos:

Observação e Estudo. Desenvolvimento de um observatório que realize um estudo alargado sobre as várias situações existentes nos Açores para que, consequentemente, os técnicos especializados possam aplicar a melhor estratégia para a redução destes no arquipélago. A realização de um estudo e/ou inquérito dirigido às populações juvenis e aos meios Escolares dos Açores sobre o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, sendo este claramente um passo importante para o real conhecimento da sua abrangência e de alerta para o problema. Urge começar por aqui!

Prevenção Primária às toxicodependências. Defendemos a introdução de conteúdos curriculares na Disciplina de “Formação Cívica”, onde abrangem matérias relacionadas com a prevenção das toxicodependências, nas escolas dos Açores.

Centros de Adictologia. Criar de centros de Adictologia onde seja possível fazer a reabilitação de jovens toxicodependentes que também funcionarão como centros de prevenção secundária. O Tratamento é fundamental para um combate a esta problemática. Estes centros terão de ser criados nas ilhas de São Miguel e Faial, sendo que já existe na ilha Terceira, mas há claramente uma falta de articulação entre as diferentes estruturas que existem para combater as toxicodependências.

Implementação de centros de apoio a Toxicodependentes (CAT). Onde não existem, é importante criar nas ilhas dos Açores os Centros de Apoio aos Toxicodependentes para que estes tenham como objectivo enviar os doentes para os centros de Adictologia e receber os mesmos após o seu tratamento. Estes Centros de Apoio também podem e devem criar os mecanismos necessários para uma boa reinserção social do toxicodependente.

Reforçar a autoridade policial, com o reforço de meios policiais, para um combate policial eficaz aos traficantes, que muitas vezes se passeiam impunemente junto de escolas e locais de concentração de juventude;

DESERTIFICAÇÃO DAS NOSSAS ILHAS/CONCELHOS

É preciso incentivar a fixação de jovens nas nossas ilhas mais pequenas e em alguns concelhos de São Miguel e freguesias da Terceira, facultando-lhes condições para nelas constituírem as suas famílias, nelas permanecendo com a qualidade e o nível de vida desejados.

Passo não só pela aplicação de políticas adequadas ao aumento da natalidade, que passam pela atribuição de incentivos ao nascimento de filhos, mas que não devem depender das condições financeiras dos progenitores, mas também:

Pela aplicação da taxa reduzida do IVA em todos os produtos para bebés e crianças. Por creches gratuitas. Pela diminuição do preço das refeições nas cantinas escolares e dos custos de livros e material didáctico;

Uma aposta nos Transportes. Bons e regulares transportes aéreos e marítimos de passageiros são fundamentais à fixação dos jovens nas nossas ilhas e ao nosso desenvolvimento. Transportes que fomentem uma rápida e constante ligação entre as populações e dinamizem o comércio entre elas e o exterior. As ligações aéreas entre as ilhas dos Açores e o continente devem ter o alcance de prestação de serviço público;

Pela aplicação de medidas que fomentem a construção e a aquisição de habitação própria permanente para casais jovens e a criação de incentivos e



benefícios fiscais à constituição e à fixação de pequenas e médias empresas nos mais diversos ramos de actividade;

Pela discriminação positiva com apoio jurídico, técnico e financeiro os jovens dos Açores, que queiram investir nas suas ilhas;

Pela criação de um gabinete que dê apoio e acompanhe todos os jovens que saem das ilhas para estudar, indicando-lhes as áreas com mais saída, e ajudá-los dessa forma a fixarem-se na sua terra de origem. Conhecer a real necessidade de cada ilha dos Açores;

Pela criação de zonas de lazer dirigidas para a juventude em cada concelho dos Açores, nomeadamente, campos de street basket, circuitos de bicicleta, jogos colectivos, ténis de mesa, futebol de praia, entre outros;

Pela introdução do Cheque Pré-Escolar tendo em conta os rendimentos familiares e o número de filhos do agregado, depositando nas famílias a liberdade de opção relativa à escolha da instituição. Esta medida promoveria o aumento da qualidade da rede pré-escolar, facilitando igualmente a conciliação da vida familiar com a vida profissional dos jovens casais;

AUTONOMIA

Extinção do cargo de Representante da Republica

Temos defendido a extinção dessa figura. Não faz sentido que Portugal, que considera as Regiões Autónomas como parte integrante do seu território, necessite de nelas ter um representante da sua soberania.

Menos sentido faz a existência de um Representante da República quando os poderes que lhe estão conferidos são os de nomear o Presidente do Governo Regional de acordo com os resultados eleitorais, de nomear e exonerar os Secretários Regionais sob proposta do Presidente do Governo Regional e os de assinar e mandar publicar os decretos regionais quando o Tribunal Constitucional não se pronuncie pela sua inconstitucionalidade. Ainda menos sentido faz a existência de um cargo de Representante da Republica que em caso de vagatura e nas suas ausências e impedimentos é substituído pelo presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Os poderes que constitucionalmente são atribuídos ao Representante da República para os Açores seriam desempenhados pelo Órgão de Soberania Nacional por excelência, o senhor Presidente da República.

Círculo eleitoral ao Parlamento Europeu pelos Açores

Pelas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, constituiriam círculos eleitorais próprios, à semelhança dos círculos eleitorais já consagrados para as eleições à Assembleia da República.

DESEMPREGO

O combate ao desemprego nos Açores passa pelo desenvolvimento do empreendedorismo, permitindo que os jovens criem as suas próprias empresas.

Necessidades de Mão-de-obra especializada do mercado. Realização de estudos que avaliem as reais necessidades de mão-de-obra nos Açores e criação de incentivos para quem decida estudar nessas áreas;

Formação Profissional. Desenvolver Acções de Formação, aproveitando o Quadro de Referência Estratégica dos Açores (QRESA), essencialmente para jovens desempregados e em áreas onde existam necessidades no mercado de trabalho para que estes rentabilizem e ponham em prática a formação adquirida;

Projecto “A minha 1.ª Empresa”. Criar um “Manual” para fornecer aos jovens com a legislação, apoios/incentivos, obrigações... para que estes criem o seu próprio emprego;

Criação de “Incubadoras de empresas”. Criar as condições, nas diversas ilhas e concelhos, para que surjam “Incubadoras de empresas” que as ajudem (com assessoria empresarial, contabilística e jurídica) a sobreviver e crescer na primeira fase de desenvolvimento das mesmas;

Estas incubadoras têm como objectivo albergar empresas inovadoras, frutos de projectos também eles inovadores e permitem que, com uma entreajuda no pagamento dos custos fixos (electricidade, água, telefone, Internet...) se crie um ambiente onde essas empresas seleccionadas terão um maior potencial de crescimento.

HABITAÇÃO

Projecto “A minha 1ª Casa”. Criar um manual que possua todos os mecanismos que existem para a aquisição de uma habitação tendo como informação primária a apresentação dos apoios que a região disponibiliza, mas também uma explicação de todos os processos desde o crédito bancário até ao desenvolvimento planificado para a construção de uma habitação própria;

Valor do Imobiliário e Crédito Bancário. Desenvolvimento de linhas mestras para que os preços em algumas ilhas não sejam semelhantes às grandes cidades.

Criar uma linha de crédito, em conjunto com uma instituição bancária – e com juros abaixo dos praticados no mercado;

Apoios para aquisição ou construção de uma habitação. Alterar a legislação de apoio na aquisição de habitação, uma vez que a actual está obsoleta. Alterações na estratégia do desenvolvimento das moradias a custos controlados, de forma a não transformar o conjunto dessas mesmas habitações em bairros sociais. Para tal devem existir grupos de Técnicos (Assistentes Sociais ou Psicólogos, por exemplo) que desenvolvam actividades e fiscalizem a devida atribuição das ajudas;

Habitação degradada. Desenvolver, através de parcerias com as Câmaras Municipais, uma estratégia para reconstruir habitações abandonadas nos centros urbanos;

Arrendamento Jovem. Criar um programa de apoios, em conjunto com alguma instituição bancária – e que tenha em conta as realidades de rendas pedidas de ilha para ilha e de localidade para localidade – que possibilite aos jovens arrendarem casa própria, saindo de casa dos pais e iniciando assim a sua vida, colmatando o actual programa Porta 65.

MOBILIDADE

Apostar na mobilidade dos jovens permitindo que estes viajem entre ilhas e assim façam o turismo cá dentro ou simples turismo de fim-de-semana.

Viagens Inter-ilhas mais baratas. Baixar drasticamente o preço das tarifas da SATA (e das taxas associadas) nos voos Inter-ilhas – e em especial para os jovens – de forma a possibilitar a estes uma maior mobilidade e conhecimento da realidade das outras ilhas; Criar também uma tarifa UNI-Especial para os jovens Açorianos que decidam prosseguir estudos na Universidade dos Açores;

Pousadas de Juventude. Realização dos projectos e construção das Pousadas de Juventude nas ilhas que ainda não as possuem para que os jovens que desejam conhecer as outras ilhas tenham um local confortável, com segurança e a preços acessíveis, onde possam ficar;

Turismo Aventura. Desenvolvimento de uma política turística nas ilhas menos populosas tendo em conta o turismo aventura, uma vez que nessas ilhas existem condições para actividades desportivas em contacto com a natureza intacta. - **ESTE É UM PROJECTO PARA VENCER COM A JUVENTUDE DOS AÇORES!**



TSD Distritais de Setúbal

NOTA DE IMPRENSA

Realizaram-se no passado dia 28 de Fevereiro eleições para os Órgãos Distritais de Setúbal dos TSD que elegeram:

Secretariado Distrital

Presidente	José Joaquim Martins do Rosário
Vice-Presidente	Carlos Miguel Viegas Vitorino
Vice-Presidente	Duarte Sérgio dos Santos Melo Correia
Tesoureiro	Carlos Alberto Calçada da Cunha
Vogal	Maria Georgete R C Jones de Oliveira
Vogal	Fernando Alves Soares
Vogal	Maria dos Prazeres Achando Alves
Vogal	Manuel Agostinho Gonçalves Gouveia
Vogal	Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio
Vogal	Jorge Manuel Patrício Ruas da Silva
Vogal	Maria Teresa Ferreira do Vale Novais Heitor
Vogal Suplente	António Manuel Lopes Galrriinho
Vogal Suplente	Edite dos Anjos Curto Barreiras Pontes
Vogal Suplente	Maria Manuela Barradas Lopes S de Matos
Vogal Suplente	Augusto Manuel Pereira Grácio
Vogal Suplente	António José Moreno Rubio

Mesa da Assembleia Distrital

Presidente	Aureliano Moreira Guedes
Vice-Presidente	Esperança da Conceição Lopes Homem
Vice-Presidente	João Manuel Sequeira Seabra
Secretário	Henrique Vieira Ferreirinha
Secretário	Helena Maria Gomes de Sousa Prado
Suplente	Maria Manuela Coelho Camalhão C Cunha
Suplente	Graça Maria Filipe Cardoso



ABRANTES

Nos termos do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir no dia 28 de Março de 2008, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua de São Pedro, n.º 12 – 1.º, Abrantes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Aprovação das contas do ano de 2007;

Ponto dois: Aprovação do Orçamento para o ano de 2008;

Ponto três: Apresentação da actividade da Comissão Política de Secção;

Ponto quatro: Análise da situação política.

BRUXELAS

Convocam-se todos os militantes do PSD de Bruxelas para reunir em Assembleia-Geral da Secção na **quinta-feira, dia 10 de Abril de 2008, às 20h30**. A votação decorrerá das 20h30 às 22h30.

O local desta reunião é o seguinte :
Centre Communautaire du Chant d'Oiseau

Av. du Chant d'Oiseau, n.º 40
1150 Bruxelas

Ordem de trabalhos :

- Eleição da nova Comissão Política e da Mesa da Assembleia-Geral (1)

(1) As listas candidatas devem ser apresentadas até ao dia 7 de Abril de 2008, junto da **Mesa da Assembleia de Secção** (ver endereço da Secção ou contactar: elmanorocho@hotmail.com ou 0498/080998).

ESTREMOZ

Nos termos do disposto no art.º 51.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se o plenário de militantes da Secção de Estremoz do PSD para reunir no próximo dia 5 de Abril de 2008, pelas 17:30 horas, na sede local, na Rua 5 de Outubro, 18, em Estremoz, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ratificação das contas prestadas relativas ao exercício de 2007;

2. Prestação de contas de final de mandato (período compreendido entre 1 Janeiro e 4 de Abril de 2008).

ESTREMOZ

Nos termos do disposto no art.º 3.º do Regulamento Eleitoral, convoca-se o plenário de militantes da Secção de Estremoz do PSD para reunir no próximo dia 5 de Abril de 2008, pelas 19 horas, na sede local, na Rua 5 de Outubro, 18, em Estremoz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da secção

NOTAS:

A. O acto eleitoral decorrerá entre as 19 e as 23 horas.

B. As listas candidatas aos órgãos da secção deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24 horas do dia 2 de Abril de 2008.

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Gouveia, a reunir no próximo dia 13 de Março de 2008, pelas 21h00, na Sede do PSD Gouveia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação político-partidária.

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Lousada, para reunir em sessão plenária, no próximo dia 4 de Abril de 2008 (sexta-feira), às 21h00, nas instalações da Associação de Solidariedade de Nevogilde, sita no Lugar da Lameira – Alto de Nevogilde, freguesia de Nevogilde – Lousada (junto ao campo de futebol de Nevogilde), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;

Ponto dois: Análise da situação política.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se os militantes do PSD da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 28 de Março de 2008, sexta-feira, com início às 21h00, no Auditório Venepor, sito na Rua Simão Bolívar – Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Apreciação do relatório das Actividades e das Contas da Secção referentes ao ano de 2007;

Ponto dois: Análise da situação política.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 12 de Abril de 2008, na sede concelhia de Oliveira do Hospital, sita na Rua Prof. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, n.º 17 – 1.º Dto, em Oliveira do Hospital, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

A votação decorrerá entre as 14h00 e as 23h00.

- As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD.

VILA NOVA DE CERVEIRA (CPD Viana do Castelo)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Cerveira, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2008, pelas 18h00, na sede Concelhia, sito no Largo 16 de Fevereiro, Vila Nova de Cerveira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição de Mesa do Congresso e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estão abertas das 18h00 e as 20h00.

As listas candidaturas terão que ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.



ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Esposende, a reunir no próximo dia 5 de Abril de 2008, pelas 17h30, na Sede Concelhia do PSD/Esposende, sita na Rua 31 de Janeiro, loja 1 – Edifício Central, Freguesia de Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Órgãos Concelhios: Mesa do Plenário e Comissão Política.

Nota:

A eleição funcionará em urna aberta das 18 horas às 20 horas.

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa
(José Manuel Cruz Silva)

NÚCLEO DE SÃO COSME

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD Gondomar (S. Cosme), para reunir no próximo dia 28 de Março de 2008, pelas 21 horas, na Sede concelhia do PSD Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31 – S. Cosme – Gondomar, com a seguinte ordem de

trabalhos:

1 – Informações da Comissão Política de Gondomar (S. Cosme);

2 – Análise da Situação Política;

3 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário JSD Gondomar (S. Cosme)
(Carlos Filipe Leitão dos Santos)

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Torres Novas, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 5 de Abril de 2008, pelas 14h30, na Sede do PSD, na Rua do Conde, 38 – 1.º, em Torres Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Órgãos da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de Torres Novas.

As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
(Francisco José da Silva Varela)

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Torres Vedras para reunir no dia 11 de Abril de 2008, pelas 21 horas, na Sede da JSD, sita na Rua 9 de Abril, 5 – 3.º Direito, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política de Secção;

2 – Análise da situação política actual.

Notas:

O acto eleitoral previsto decorrerá no período compreendido entre as 21 horas e as 23 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário
(Marco Claudino)

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da JSD de Portimão, para o dia 18 de Abril de 2008 (6.ª feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Machado Santos, n.º 17 – R/c, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Portimão.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues



ao Presidente do Conselho Distrital da JSD/Algarve, ou ao seu substituto legal, até às 24 horas do terceiro dia anterior à eleição.

2 – As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

3 – As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas inscrições.

O Presidente do Conselho Distrital da JSD/Algarve

(Bruno de Azevedo Lage)



SECÇÃO LABORAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Administração Local do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

2. Eleição de 3 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Administração Pública do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

2. Eleição de 3 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL O COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD do Comércio, Serviços e Turismo do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a

realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

2. Eleição de 15 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Comunicação Social do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Construção Civil e Obras Públicas do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

2. Eleição de 2 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA ENERGIA, ELECTRICIDADE, PETRÓLEOS E GÁS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Energia, Electricidade, Petróleos e Gás do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da

Secção Laboral;

2. Eleição de 3 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DOS ENFERMEIROS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Enfermeiros do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

2. Eleição de 1 Delegado à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Indústria Metalúrgica do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Indústria Têxtil do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DOS MÉDICOS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD,

convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Médicos do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DOS PROFESSORES DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Professores do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

2. Eleição de 5 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto
CONVOCATÓRIA

SECÇÃO LABORAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Profissionais da Saúde do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DA QUÍMICA E FARMACÊUTICA DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD da Química e Farmacêutica do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral;

Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado
Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto
CONVOCATÓRIA

SECÇÃO LABORAL DOS SEGUROS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Seguros do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
 2. Eleição de 1 Delegado à Assembleia Distrital dos TSD.
- Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado
Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto
CONVOCATÓRIA

SECÇÃO LABORAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Serviços de Segurança Pública do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
 2. Eleição de 1 Delegado à Assembleia Distrital dos TSD.
- Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado
Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto
CONVOCATÓRIA

SECÇÃO LABORAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Trabalhadores da Educação do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
 2. Eleição de 1 Delegado à Assembleia Distrital dos TSD.
- Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado
Distrital dos TSD do Porto

António Vale Peixoto
CONVOCATÓRIA

SECÇÃO LABORAL DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Transportes Ferroviários do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
- Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado
Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto
CONVOCATÓRIA

SECÇÃO LABORAL DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes da Secção Laboral dos TSD dos Transportes Rodoviários do Distrito do Porto, para a Assembleia de Secção, a realizar no dia 11 de Abril de 2008, das 17H00 às 23H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição do Secretariado da Secção Laboral;
 2. Eleição de 2 Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.
- Porto, 19 de Fevereiro de 2008
O Presidente do Secretariado
Distrital dos TSD do Porto
António Vale Peixoto

SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS DO PORTO

Nos termos do ponto 2, alínea a) do n.º 3 do Art.º 53.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica da Secção Laboral dos TSD do Porto, para a Assembleia da Secção Laboral dos TSD/Bancários do Distrito do Porto, que se realiza no dia 10 de Abril, das 15H00 às 20H00, com mesa de voto a funcionar na seguinte localização: Rua Cândido dos Reis, n.º 130 - 1.º Andar, no Porto e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único - Eleição do Secretariado da Secção Laboral
- Alfredo Correia
Presidente
- Nota: De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD,

as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 3 de Abril de 2008, na Sede Local dos TSD/ Bancários do Distrito do Porto, sita na Rua Cândido dos Reis, 130 - 1.º Andar, no Porto

NÚCLEO DO BANCO ESPÍRITO SANTO DO PORTO

Nos termos do ponto 3, alínea a) do ponto 4 do Art.º 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo do Banco Espírito Santo do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo de Empresa dos TSD/ Banco Espírito Santo do Distrito do Porto, que se realiza no dia 10 de Abril, das 15H00 às 20H00, com mesa de voto a funcionar na seguinte localização: Rua Cândido dos Reis, n.º 130 - 1.º Andar, no Porto e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa dos TSD do Distrito do Porto / Banco Espírito Santo

Porto, 18 de Fevereiro de 2008

Pel' O Secretariado do Núcleo

Manuel Pereira Gomes

Presidente

Nota: De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 3 de Abril de 2008, na Sede Local dos TSD/ Bancários do Distrito do Porto, sita na Rua Cândido dos Reis, 130 - 1.º Andar, no Porto

NÚCLEO DO BANCO MILLENNIUM BCP DO PORTO

Nos termos do ponto 3, alínea a) do ponto 4 do Art.º 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo do Banco Millennium BCP do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo de Empresa dos TSD/ Banco Millennium BCP do Distrito do Porto, que se realiza no dia 10 de Abril, das 15H00 às 20H00, com mesa de voto a funcionar na seguinte localização: Rua Cândido dos Reis, n.º 130 - 1.º Andar, no Porto e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa dos TSD do Distrito do Porto / Banco Millennium BCP

Porto, 18 de Fevereiro de 2008

Pel' O Secretariado do Núcleo

Manuel Pereira Gomes

Presidente

Nota: De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 3 de Abril de 2008, na Sede Local dos TSD/ Bancários do

Distrito do Porto, sita na Rua Cândido dos Reis, 130 - 1.º Andar, no Porto

NÚCLEO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DO PORTO

Nos termos do ponto 3, alínea a) do ponto 4 do Art.º 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo da Caixa Geral de Depósitos do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo de Empresa dos TSD/ Caixa Geral de Depósitos do Distrito do Porto, que se realiza no dia 10 de Abril, das 15H00 às 20H00, com mesa de voto a funcionar na seguinte localização: Rua Cândido dos Reis, n.º 130 - 1.º Andar, no Porto e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa dos TSD do Distrito do Porto / Caixa Geral de Depósitos

Porto, 18 de Fevereiro de 2008

Pel' O Secretariado do Núcleo

José Joaquim Ferreira Ribeiro

Presidente

Nota: De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 3 de Abril de 2008, na Sede Local dos TSD/ Bancários do Distrito do Porto, sita na Rua Cândido dos Reis, 130 - 1.º Andar, no Porto

NÚCLEO DO BANCO DE PORTUGAL DO PORTO

Nos termos do ponto 3, alínea a) do ponto 4 do Art.º 56.º dos Estatutos dos TSD e do n.º 3 do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo do Banco de Portugal do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo de Empresa dos TSD/ Banco de Portugal do Distrito do Porto, que se realiza no dia 10 de Abril, das 15H00 às 20H00, com mesa de voto a funcionar na seguinte localização: Rua Cândido dos Reis, n.º 130 - 1.º Andar, no Porto e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa dos TSD do Distrito do Porto / Banco de Portugal

Porto, 18 de Fevereiro de 2008

Pel' O Secretariado do Núcleo

Manuel Pereira Gomes

Presidente

Nota: De acordo com o n.º 3, do Art.º 4.º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as Listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 3 de Abril de 2008, na Sede Local dos TSD/ Bancários do Distrito do Porto, sita na Rua Cândido dos Reis, 130 - 1.º Andar, no Porto